

*PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E  
TERRITÓRIO - PPGSAT  
MESTRADO ASSOCIADO UNIMONTES/UFMG*

*YARA JANAINA PINTO GUSMÃO*

**AGROEXTRATIVISMO, COMUNIDADES TRADICIONAIS E OS  
DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS: Januária,  
norte de Minas Gerais**

Montes Claros  
Fevereiro 2019

YARA JANAINA PINTO GUSMÃO

**AGROEXTRATIVISMO, COMUNIDADES TRADICIONAIS E OS  
DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS: Januária,  
norte de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

**Área de Concentração:** Sociedade, Ambiente e Território

**Orientador:** Eduardo Magalhães Ribeiro

Montes Claros  
Fevereiro 2019

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus pelo dom da vida, e Maria Santíssima por terem me guiado até aqui.

Agradeço a minha família por todo apoio dedicado a mim, por cada palavra de incentivo, essa vitória é de vocês também! Em especial agradeço a minha mãe Thaty e ao meu pai Beto por todo esforço para que eu chegasse até aqui. Agradeço aos meus irmãos e ao meu noivo pelo apoio incondicional. Eu amo vocês.

Desde a graduação até aqui fui guiada e orientada pelo professor Eduardo Ribeiro, muito obrigada professor por toda dedicação dispensada a mim. Seus ensinamentos eu levarei para a vida! Gratidão pela experiência de ser orientada por um mestre excepcional.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais(APQ-04517-16) por viabilizar os recursos para que essa pesquisa fosse realizada. E a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento da bolsa que foi muito importante para que eu conseguisse chegar até aqui.

Agradeço aos meus colegas e amigos do Núcleo PPJ por toda a ajuda e estímulo para que essa pesquisa fosse realizada, em especial aos colegas Alex, Árida, Emília, Gil e Léo. Agradeço a professora Flávia Maria Galizoni pela disponibilidade em ajudar e pelas colocações sempre muito válidas.

Obrigada a Caritas Diocesana de Januária pela disponibilidade e apoio na realização desse trabalho, em especial a Meire e Jacy, muito obrigada!

Agradeço aos representantes das iniciativas de comercialização que participaram dessa pesquisa por toda a informação e disponibilidade dedicada a esse trabalho.

Agradeço a todos os agricultores da comunidade de Cabeceirinha pelo acolhimento e pelas contribuições dispensadas na construção desse trabalho. Obrigada Sandra e Nilmar por me abrigarem em sua casa com tanta consideração.

Agradeço a Kolbe Wombral e a Valter Viana pela disponibilidade em participar desta pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente a banca, composta pelo professor Fausto Makishi, professora Andreia Narciso e pelo doutor Valter Viana. Obrigada pelas considerações pontuais e por tratar essa dissertação com tanto zelo.

Enfim, agradeço àqueles que contribuíram de alguma forma na realização deste trabalho e não citei. Tenham todos a minha gratidão.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a comercialização dos produtos do agroextrativismo na comunidade de Cabeceirinha, localizada na bacia do rio Pandeiros, nos gerais da margem esquerda do Alto Médio rio São Francisco, Norte de Minas Gerais, bem como fazer análise das outras iniciativas que existem no município, conhecendo suas potencialidades e dificuldades. Para isso foi realizado um estudo de campo de caráter qualitativo, utilizando roteiros semiestruturados, que foram aplicados a profissionais de diversos setores que possuem vínculo com a comunidade de Cabeceirinha ou com o agroextrativismo de Januária. Além dos questionários aplicados, foi realizada uma visita de reconhecimento na comunidade estudada, e na ocasião foram feitas entrevistas com cinco conhecedores do histórico da comunidade, para que narrassem a respeito da ocupação da localidade, das características ambientais da região e sobre o agroextrativismo na comunidade. Observou-se que o agroextrativismo no município de Januária vem crescendo a cada ano, e todas as iniciativas mostraram um grande potencial produtivo; no entanto as dificuldades enfrentadas impedem que o desenvolvimento da atividade seja efetivo. Os desafios de Cabeceirinha assemelham-se a todos os grupos agroextrativistas: falta de animação e mobilização dos grupos, ausência de certificação dos produtos, problemas com as estradas e o escoamento, necessidade de um mercado consumidor fixo e do pagamento a vista pelos produtos são dificuldades vividas em Cabeceirinha e em todos os empreendimentos agroextrativistas.

Palavras chaves: agroextrativismo; comercialização; agricultura familiar.

## ABSTRACT

*This dissertation aims to analyze the commercialization of the products of agroextractivism in the community of Cabeceirinha, located in the Pandeiros river basin, in general of the left bank of the Upper São Francisco river, North of Minas Gerais, as well as to analyze the other initiatives that exist in the municipality, knowing their potentialities and difficulties. For this purpose, a qualitative field study was carried out using semi-structured interviews, which were applied to professionals from different sectors that have links with the Cabeceirinha community or the Januária agroextractivism. In addition to the questionnaires applied, a reconnaissance visit was carried out in the community studied, and on the occasion interviews were conducted with five community historians to discuss the occupation of the locality, the environmental characteristics of the region and the agroextrativism in the community . It was observed that the agroextractivism in the municipality of Januária has been growing every year, and all the initiatives showed a great productive potential; however the difficulties faced prevent the development of the activity is effective. The challenges of Cabeceirinha are similar to all agro-extractive groups: lack of animation and mobilization of groups, lack of certification of products, problems with roads and the outflow, need for a fixed consumer market and payment for products are difficulties lived in Cabeceirinha and in all agro-extractive ventures.*

*Keywords: agroextractivism; commercialization; family farming.*

## **LISTA SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

ASSUSBAC- Associação dos usuários da sub-bacia do Rio Dos Cochos

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFNMG- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF- Secretaria de Agricultura Familiar

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

WWF - World Wide Fund for Nat

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Tipologia dos circuitos curtos .....	29
<b>Figura 2:</b> Município de Januária .....	40

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Quantidade produzida por ano e por tipo de produto do extrativismo em Januária MG .....	48
<b>Tabela 2:</b> Número de participante das atividades do grupo de acordo com o ano ...	53
<b>Tabela 3:</b> Valor em reais arrecadado por integrante do grupo por ano .....	57



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	11
2.1 Agroextrativismo .....	11
2.2 Agricultura familiar .....	12
2.2.1 Agricultura familiar organização, trabalho e consumo .....	12
2.2.2 Agricultura familiar e agricultura empresarial .....	14
2.2.3 Agricultura familiar e os recursos comuns .....	14
2.2.4 Programas públicos para agricultura familiar .....	16
2.2.5 Agricultura familiar no processo político do Brasil .....	17
2.2.6 Migração, herança e campesinato .....	19
2.2.7 Saber local .....	21
2.2.8 Agricultura familiar e a economia do Brasil .....	21
2.3 Comercialização .....	23
2.3.1 Comercialização da agricultura familiar.....	23
2.3.2 Alimentos tradicionais .....	27
2.3.3 Canais de comercialização .....	28
2.4 Semiárido e Gerais .....	31
2.5 Área de Proteção Estadual .....	33
2.6 Desenvolvimento e conservação de recursos .....	36
3. Metodologia .....	39
4. Resultados .....	41
4.1 Área da pesquisa .....	41
4.2 A Caritas em Cabeceirinha .....	43
4.3 Projeto Pandeiros .....	45
4.4 O agroextrativismo em Januária .....	47
4.5 Iniciativas de comercialização de Januária .....	48
4.5.1 Comunidade Sambaíba .....	48
4.5.2 Comunidade Água Doce .....	49
4.5.3 Comunidade Pandeiros .....	50
4.5.4 Comunidade Peruaçu .....	51
4.5.5 Comunidade Agreste .....	52

4.6 Grupo dos frutos do cerrado – Comunidade Cabeceirinha .....	54
4.7 Entraves .....	58
4.8 Outros canais de comercialização em Januária .....	61
5. Considerações finais .....	62
6. Referencias .....	64
Anexos .....	68
Anexo 1- Lista de pessoas entrevistadas .....	68
Anexo 2- Roteiro de entrevista aplicado ao grupo de Cabeceirinha .....	69
Anexo 3- Roteiro de entrevista aplicado a Walter Viana .....	72
Anexo 4-Roteiro de entrevista aplicado a Kolbe Wombral .....	74
Anexo 5-Roteiro de entrevista aplicado a iniciativas de comercialização do agroextrativismo de Januária .....	76

## **1 Introdução**

Cabeceirinha é uma comunidade situada na cabeceira do rio Pandeiros dentro de uma Área de Proteção Ambiental Estadual, a APA do rio Pandeiros. A comunidade é habitada por agricultores familiares, e nela há abundância de recursos naturais, pois além do rio Pandeiros, também existem muitas veredas e áreas embrejadas. Ademais, espécies nativas de frutos também estão presentes na localidade, como coquinho, pequi, cabeça-de-negro, araçá, buriti, cajuí, maracujá do mato, entre outras. Há ainda variedades de plantas de uso medicinal, que também são encontradas nesta região.

O modo de vida da população que vive em áreas rurais como Cabeceirinha está intimamente ligado à existência desses recursos naturais, e a permanência dessas famílias na localidade depende da disponibilidade dos recursos no ambiente. Grande parte dessas populações possui uma percepção diferenciada quanto ao uso dos produtos da natureza. Nesse sentido, as comunidades utilizam um profundo conhecimento dos processos naturais e constroem sistemas complexos de manejo dos recursos, o que contribui para a manutenção da biodiversidade no meio.

Nos últimos anos, o agroextrativismo tem assumido um caráter econômico ascendente, no entanto vale salientar que essa atividade sempre esteve relacionada às comunidades tradicionais, principalmente em função do modo de vida delas. Esses povos utilizam os recursos naturais como alimento, medicamento, materiais para fins de moradia ou produção de utensílios domésticos e, mais recentemente, como fonte de renda. Comunidades como Cabeceirinha assumem o papel de guardiãs dessa biodiversidade. Dessa maneira, atividades como agroextrativismo além de assegurar a soberania alimentar da população, possibilitam que os agricultores produzam de forma sustentável e, ainda, consigam transformar os recursos naturais em renda.

A entrada dos produtos da agricultura familiar nos diversos mercados é uma das principais dificuldades do ciclo da comercialização: dificuldade no escoamento, organização das iniciativas, mobilização dos agricultores, falta de pagamento a vista, além de, produção em escala, homogeneização de produtos, certificação, entre outras normas e regras, são os principais entraves encontrados nos acessos aos mercados.

A venda dos produtos nos mercados próximos ou em circuitos curtos tem sido uma opção mais fácil para que os produtos da agricultura familiar tenham acesso aos mercados. Nestes circuitos os produtos são valorizados por características específicas, como a cultura, família e preferência alimentar, o que agrega valor a produção e cria vantagens em relação aos produtos das grandes empresas do setor agroalimentar.

Este estudo faz parte de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ/UFMG), do qual a autora desta dissertação faz parte, e também da Cáritas Diocesana de Januária. O projeto Fapemig (APQ-04517-16)<sup>1</sup>, denominado “Água, agroextrativismo e formação em Cabeceirinha, bacia do rio Pandeiros”, foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Tendo em vista as dificuldades encontradas por agricultores familiares na comercialização dos produtos do agroextrativismo o objetivo geral desse trabalho será analisar a comercialização dos produtos do agroextrativismo dos agricultores familiares da comunidade de Cabeceirinha, situada no município de Januária, no Norte de Minas Gerais. Tem como objetivos específicos:

- Conhecer as iniciativas de comercialização do agroextrativismo do município de Januária bem como suas potencialidades e as dificuldades enfrentadas;
- Compreender o funcionamento da iniciativa agroextrativista da comunidade de Cabeceirinha, desde a coleta até a venda dos produtos;
- Investigar os principais entraves existentes na comercialização dos produtos do agroextrativismo de Cabeceirinha, na visão dos agroextrativistas.

A produção e comercialização de alimentos tradicionais com alto valor cultural agregado podem ser aliadas no aumento da renda de agricultores familiares. O agroextrativismo é uma atividade que se insere nessa categoria de alimentos diferenciados, além de assegurar a soberania alimentar da população a coleta e comercialização de frutos podem impulsionar muitas comunidades tradicionais a uma emancipação econômica. Por essa razão, estudos sobre a produção e os entraves que impedem que a atividade se desenvolva são importantes instrumentos que facilitam para que esses agricultores possam ter uma renda extra.

Essa dissertação está dividida em quatro seções, na primeira seção é feito um resgate teórico de temas que cercam a agricultura familiar, além da caracterização do agroextrativismo, que é uma atividade que está atrelada a agricultores familiares. Também é tratado na primeira seção sobre a comercialização dos produtos da agricultura

familiar e suas particularidades. Ademais é feita a caracterização climática e geográfica dos gerais sanfranciscanos, região em que a pesquisa foi realizada. Na segunda seção é apresentada a metodologia que foi utilizada na construção desse trabalho. Na terceira seção são apresentados os resultados encontrados ao longo da pesquisa. Por fim são apontadas as considerações feitas diante dos resultados obtidos.

## **2 Referencial teórico**

### **2.1 Agroextrativismo**

Extrativismo é uma atividade que sempre esteve presente na maioria das sociedades humanas, se configura como a ação de extrair algum recurso disponível na natureza, tanto de origem vegetal, animal ou mineral. No Brasil essa atividade sempre se mostrou como importante alavanca econômica, e os grandes ciclos como o do pau-brasil, ouro e borracha ilustram essa afirmativa (BISPO e DINIZ 2014; RUEDA, 1995)

Afonso (2014) categorizou o extrativismo como uma atividade que também pode estar associada à agricultura familiar, e neste caso o termo correto a ser usado é agroextrativismo, quando formado por duas atividades distintas, a agricultura (agrícola) e o extrativismo (não agrícola), ambas praticadas no meio rural. Nesse sentido, Bispo e Diniz (2013) afirmam que a agricultura familiar e o extrativismo se complementam, e, assim, a atividade agroextrativista pode manifestar-se tanto como uma renda complementar, quanto ser a atividade principal que gere renda no núcleo familiar.

Para D'Angelis (2014), quando se trata de agroextrativismo no Cerrado, devem-se considerar três especificidades: valor ecológico, valor cultural e fator econômico. O valor ecológico refere-se à fácil dispersão das plantas por aspectos naturais, possibilitando técnicas menos onerosas tanto em trabalho quanto em recursos. O valor cultural está relacionado ao modo de reprodução social da população, com suas particularidades, como a preferência dos alimentos. Por último, o fator econômico, embora o cerrado tenha um grande potencial em gerar renda, há pouca ou nenhuma presença de empresas que estimulem e promovam as atividades agroextrativistas.

Um conceito muito presente para caracterizar as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares é o de multifuncionalidade. Esse conceito está intimamente ligado ao meio rural, associando pessoas, recursos e paisagens, o que extrapola a questão puramente agrícola, ao apresentar características relacionadas à cultura,

soberania alimentar e reprodução social das famílias (BISPO; DINIZ, 2014). Nessa perspectiva, Cazzela, Bonnal e Maluf (2009) destacam:

quando se trata de agroextrativismo, a multifuncionalidade aparece representada em quatro funções definidas: I- reprodução socioeconômica das famílias rurais; II- promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; III- manutenção do tecido social e cultural; e IV- preservação dos recursos naturais e paisagem rural(CAZZELA, BONNAL E MALUF, 2009, p. 18 ).

Essa estratégia dos agricultores de exercerem mais de uma atividade, seja ela rural ou não, ocorre principalmente entre aqueles que dispõem de menos terra, menos acesso a crédito, menos assistência, o que resulta em menor renda familiar. Por essa razão, passam a desenvolver outras atividades não agrícolas juntamente com as atividades no campo. Esse fenômeno é chamado de pluriatividade (MATTEI, 2007). Vale reforçar que a pluriatividade é de caráter familiar, ou seja, trata-se da decisão do grupo de ter outras ocupações e, ao mesmo tempo, habitar o meio rural, exercendo atividades agrícolas (BISPO; DINIZ, 2014).

Agricultores familiares dos cerrados historicamente utilizam os produtos do extrativismo para uso medicinal e alimentar. Essas famílias colhem, consomem e valorizam esses produtos, que possuem um grande potencial de mercado. No entanto, esse potencial tem dificuldade de concretização, pois é preciso haver incentivos específicos, tanto de políticas públicas quanto de apoio técnico, para que o agroextrativismo seja uma fonte de renda efetiva para essas famílias(RIBEIRO, 2010).

## **2.2 Agricultura familiar**

### **2.2.1 Agricultura familiar, organização, trabalho e consumo**

As relações e a divisão do trabalho camponês são fundamentadas na unidade familiar, baseadas na hierarquia e separadas por gênero. A transmissão do saber ocorre durante o próprio trabalho, logo está vinculada à experiência e à prática(WOORTMANN E WOORTMANN, 1997).

Chayanov (1974) analisa a unidade econômica camponesa partindo do pressuposto de que esta economia não é tipicamente capitalista, porque se verifica que não existe o fenômeno social do salário e do lucro. Dessa maneira, o retorno obtido pelo agricultor após o fim do ano econômico não pode ser definido com base no que é chamado de lucro pelas empresas capitalistas. Assim, as leis que regem a produção de

uma unidade econômica camponesa são a intensidade da força de trabalho e o volume da produção. Esses fatores dependem fundamentalmente do número de membros capazes de trabalhar e do tamanho da família (CHAYANOV, 1974).

O tamanho da família corresponde aos limites máximos e mínimos de trabalho. Nesse sentido, o limite máximo de trabalho é determinado pela maior quantidade de mão de obra disponível. Já o menor limite é determinado pelo nível de subsistência do grupo familiar. As variações no nível de renda de uma família camponesa em relação a esses dois limites também dependem do tempo de trabalho que é dedicado na unidade, da intensidade de trabalho e dos meios de produção utilizados (CHAYANOV, 1974).

Assim, os fatores que determinam o nível de intensidade de trabalho são: estrutura da família, satisfação das necessidades de consumo da família e condições de produção. Uma maior necessidade de consumo corresponde a uma maior necessidade de intensidade de trabalho. Portanto, a produção da família está em função das necessidades de consumo com as condições em que o trabalho é realizado (CHAYANOV, 1974). Chayanov (1974) explica que o capital de cada unidade familiar deve acompanhar o crescimento do número de pessoas que compõe cada espaço, caso contrário, os trabalhadores enfrentarão dificuldades em manter a unidade familiar. Quando a terra é insuficiente, o volume do trabalho camponês reduz-se na mesma proporção e, por isso, a mão de obra de integrantes da família se ocupa em desempenhar outras atividades voltadas, por exemplo, para artesanato e comércio ou outras atividades não agrícolas. Dessa maneira, essas atividades são realizadas para que seja alcançado o equilíbrio econômico da família (CHAYANOV, 1974).

Herédia (1979) estudou a produção de alimentos feita pelos agricultores familiares para garantir o abastecimento do consumo familiar e proporcionar a aquisição de alimentos que não são produzidos no estabelecimento da família. Para a autora, os alimentos responsáveis pelo abastecimento familiar devem ser repostos semanalmente e, no dia-a-dia do agricultor familiar a produção para esse consumo torna-se prioritária. Normalmente, apenas quando esse abastecimento está assegurado é que a família busca se abastecer de outros itens considerados também parte do consumo socialmente necessário.

Assim, é através do roçado que a família consegue os principais alimentos. Por isso que sua ausência num ano agrícola implicaria não apenas a impossibilidade do seu

consumo, como também a ameaça de não-ter reprodução no ano agrícola seguinte. Nesse contexto, grande parte da produção do roçado é destinada ao suprimento familiar, o que significa que a maior porção do que se colhe da terra em um estabelecimento familiar vai para o consumo próprio, sem mediação de sua venda (HERÉDIA, 1979).

### **2.2.2 Agricultura familiar e a agricultura empresarial**

Foi com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, que a indústria doméstica do camponês sofreu grandes impactos, pois a indústria urbana passou a produzir bens de consumo diversos, bens esses que a indústria rural não podia competir em qualidade e custos (KAUTSKY, 1972). O processo de avanço da indústria urbana estimulou a compra de bens de consumo pelo camponês e, conseqüentemente, aumentou sua necessidade por dinheiro. Desse modo, a única maneira que o camponês tinha para adquirir dinheiro era através da comercialização dos gêneros agrícolas produzidos por ele. No entanto, só conseguiu compradores para os artigos que a indústria não produzia (KAUTSKY, 1972; CHAYANOV, 1974), ocorrendo, assim, em uma distinção entre agricultura familiar e outra capitalista.

Segundo Ploeg (2009), a agricultura empresarial e a agricultura camponesa (que aqui pode ser considerada como equivalente à agricultura familiar) são arranjos político-econômicos que existem em sistemas agrícolas de todo o planeta. Enquanto a agricultura camponesa tem como base a ecologia e conservação da biodiversidade, a agricultura empresarial utiliza insumos industrializados, além de ser dependente do capital financeiro. A agricultura camponesa corresponde à maior parcela de estabelecimentos do meio rural, que é responsável por importante produção de alimentos, geração de ocupações e renda, sustentabilidade e desenvolvimento (PLOEG, 2009). Contudo, historicamente no Brasil, esse grupo social foi excluído dos processos de desenvolvimento.

A grande exploração da agricultura possui, segundo Kautsky (1972), uma superioridade técnica em relação à pequena exploração, devido ao emprego de máquinas e de energia elétrica, o que faz com que a produção das empresas agrícolas alcance maior produtividade do que o pequeno estabelecimento. Observa-se, na contemporaneidade, que o modo de produção capitalista estimula incisivamente a racionalização do capital para gerar mais capital. Conseqüentemente, o acúmulo de recursos financeiros gera uma intensa divisão social do trabalho e uma distribuição



desigual de riquezas. Esse processo tem gerado a exploração da mão de obra e a exclusão daqueles que não se adequaram ao modo de produção capitalista.

### **2.2.3 Agricultura familiar e os recursos comuns**

A legitimação da apropriação da terra pelo camponês ocorre através do trabalho realizado por ele no meio ambiente. É através da interferência do trabalho que o camponês estabelece um vínculo com o local e garante a sua reprodução social (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997).

Agricultores familiares são muito dependentes dos recursos naturais, geralmente essas populações não estão ligadas aos mercados e tem suas relações sociais baseadas em vínculos de parentesco e compadrio. Esse sistema de convívio comunitário existe há muito tempo em comunidades tradicionais no meio rural, e é caracterizado pelo uso coletivo de vários recursos naturais, como água, caça, pesca, plantas de uso medicinal, extrativismo de madeira e de frutos, áreas para cultivo agrícola e áreas comuns para a criação de animais. Essas relações sustentam-se pela ajuda mútua, por normas e valores sociais que priorizam a solidariedade dentro do grupo, mas também possuem normas de exclusão daqueles que não fazem parte do grupo. O uso comunitário de recursos torna-se um importante exemplo quando se trata de estabelecer a conservação do meio ambiente, isso porque o modo de vida dessas populações tem garantido a proteção ecológica de ecossistemas fundamentais para manter a biodiversidade das localidades em que os moradores se organizam de forma comunitária (DIEGUES, 1995).

No período da ditadura militar no Brasil essas formas tradicionais de organizações comunitárias sofreram muitos impactos causados pela expansão das grandes propriedades capitalistas que se apropriaram de terras de uso comum. A reação a essas ameaças cresceu na forma de aumento no número de organizações, na formação de sindicatos, movimentos sociais e associações locais que defendiam os interesses comunitários (DIEGUES, 1995).

O momento histórico foi outro fator que contribuiu com esse embate, após o fim do período militar a preocupação da população voltava-se para a conservação dos recursos naturais, principalmente da Amazônia e da Mata Atlântica. Nesse contexto, a reserva extrativista e outras semelhantes aparecem como alternativas de um desenvolvimento nas regiões tropicais, baseado no respeito ao mundo natural, no uso de

tecnologias apropriadas, na equidade social e na viabilidade econômica (DIEGUES, 1995). Diegues (1995) destaca que essas organizações da sociedade civil, que lutavam pelos ideais dos comunitários, só tiveram força política representativa frente aos interesses do capitalismo por terem apoio de alguns movimentos sociais que naquela época possuíam grande relevância no cenário político.

O Estado implantou várias políticas para promover a conservação do meio ambiente em resposta a essas demandas. Por meio dessas políticas várias APAs foram estabelecidas em áreas que já eram habitadas pelas populações tradicionais, que faziam a utilização dos recursos do meio ambiente disponíveis de modo compartilhado (DIEGUES, 1995). Essas APAs foram estabelecidas baseadas em modelos da biologia da conservação, acreditando que a única maneira de garantir a proteção do meio ambiente é isolando-o completamente da ação humana. Esse pensamento se baseia na ideia de que a humanidade cria um sistema muito destrutivo da natureza, e que para se ter a proteção dos recursos naturais seria imprescindível que afastasse grandes espaços territoriais e transformasse essas áreas em parques (DIEGUES, 1995).

Nos países em desenvolvimento principalmente os de clima tropical, existem populações que sempre habitaram os ecossistemas sem necessariamente ameaçar a diversidade biológica, sendo inclusive dependentes dos recursos naturais. Essas populações possuem outra percepção, que se constitui na relação direta entre sociedade e natureza. Nessa relação, essas comunidades têm um profundo conhecimento dos processos naturais e constroem sistemas complexos de manejo dos recursos naturais, que contribuem para a manutenção da biodiversidade (DIEGUES, 1995).

#### **2.2.4 Programas públicos para o meio rural**

O histórico de intervenção econômica por parte do Estado no Brasil teve início com o governo de Getúlio Vargas nos anos de 1930. Essa intervenção teve como principal objetivo promover a industrialização do país, adotando estratégias de substituição das importações; dessa forma, as primeiras empresas industriais brasileiras eram favorecidas. Essa prática movimentava o mercado interno, gerava empregos e promovia mudanças sociais e econômicas no país (IPEA, 2010).

Essas mudanças ocorreram em um contexto da crise internacional de 1929, em que o Estado brasileiro deparou-se com um cenário em que era necessário incentivar a produção interna para diminuir a dependência externa de produtos. Desse modo, a

construção de um mercado interno e o início da industrialização foram maneiras de diminuir as importações. Ao mesmo tempo ocorria a expansão urbana e industrial e isso elevou a demanda de produtos alimentícios.

A modernização da agricultura no Brasil contou com graças às políticas governamentais. Entre 1930 e 1949, ocorreu a centralização das políticas governamentais e a maior regionalização das políticas agrícolas. Houve então o aumento da diversificação e do crescimento da produção, devido à federalização das políticas de fomento e defesa dos segmentos rurais organizados (SZMRECSANYI; RAMOS, 1997).

A produção de alimentos no Brasil, sem a utilização de tecnologias industriais no processo de produção, foi suficiente para atender as demandas do meio urbano até meados de 1960. No cenário socioeconômico o meio rural brasileiro era marcado por tecnologias tradicionais, por grandes concentrações fundiárias e baixos salários para os trabalhadores (DELGADO, 1997). Nesse contexto, cresciam as críticas à condição “atrasada” que se encontrava a agricultura brasileira. Outro dilema que também vinha à tona era a questão agrária do Brasil. Essa problemática fortaleceu o surgimento de movimentos de interesse pela reforma agrária, e foi pautada pelos governos até 1964, quando foi barrada pelo golpe militar. Nos anos de 1965 a 1980 o Estado adotou um pacote de incentivos que disponibilizava crédito aos produtores rurais e promovia a utilização de insumos e de maquinários agrícolas. A adoção desses “pacotes” só aumentou as desigualdades socioeconômicas que já existiam no meio rural brasileiro, visto que o capitalismo latifundiário se fortaleceu. Dentro dessa perspectiva, ocorreu a exclusão dos produtores familiares no processo de industrialização da agricultura. Entre 1985 e 1990, voltaram a ser tratadas as questões que foram excluídas durante a ditadura militar, como o movimento a favor da reforma agrária, a questão do meio ambiente, e também a relação entre sociedade e natureza (DELGADO, 1997).

Nessa perspectiva, as comunidades rurais foram totalmente desconsideradas no processo de formulação de políticas públicas e muitas vezes foram excluídas dos processos de desenvolvimento e gestão local. Isso acarretou disputas em torno dos seus direitos pela permanência de costumes, terras e recursos (RIBEIRO, 2010).

### **2.2.5 Agricultura familiar no processo político do Brasil**

Martins (1990) cita várias lutas entre camponeses e forças militares, mas que foram esquecidas ou pouco lembradas. Por esse fato o autor explica que

A história do Brasil é a história de suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores rebeldes (MARTINS, 1990).

Martins (1990) afirma que os camponeses sempre eram vistos como “excluídos” como pessoas que estavam “à margem da sociedade” e que chegam de forma retardatária ao processo político. O autor defende que essa exclusão definiu o papel do camponês dentro do processo histórico brasileiro.

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão de como tem se dado sua participação nesse processo – como alguém que participe como se não fosse essencial, como se não estivesse participando ativamente - (MARTINS, 1990).

A partir de uma situação de desordem nos vínculos tradicionais de dependência, surgiram movimentos de lutas dos camponeses. Nesse sentido, a apropriação de terras pelos grandes fazendeiros e a sujeição a grandes cargas de trabalho instigaram o surgimento da resistência da classe camponesa, contudo essa resistência não influenciou o sistema para que houvesse melhorias inicialmente. Em 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, lei que regula a ocupação, apropriação e qualquer relação fundiária. As principais propostas desse Estatuto tratavam da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura. Quanto ao primeiro ponto, constatou-se que a proposta de reforma não saiu do papel. Já no que se refere ao segundo, a agricultura empresarial recebeu altos investimentos do governo, pois atendia os interesses das grandes empresas capitalistas (MARTINS, 1990)

Quanto à agricultura familiar, Grisa e Schneider (2014) apontam que, a partir de 1990, emergiram três modalidades de políticas públicas em diferentes contextos: o primeiro viés foi pautado no fortalecimento agrícola e agrário no âmbito social, o segundo estava especialmente ligado a políticas assistenciais, e o terceiro voltava-se para a criação de mercados especialmente preocupados com a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar.

Grisa e Schneider (2014) ainda apresentam um histórico de luta das organizações de agricultores em busca da ampliação dos espaços de participação social da categoria e da criação de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Segundo os autores, os “pequenos agricultores” foram marginalizados pelo governo do Brasil durante muito tempo. Com a Constituição de 1988, surgiram novos espaços de participação social e também políticas públicas específicas, como o Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995. A partir dessa época, foram estabelecidas outras políticas que visavam ao desenvolvimento do meio rural, propostas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), instituído em 1997, e pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001. Contudo, foi somente em 2006 que o marco regulatório institucionalizou a agricultura familiar através da Lei 11.326 com o reconhecimento da categoria (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Mattei (2007) reforça a ideia de que até 1993 – criação do PRONAF – as políticas públicas para a agricultura no Brasil não eram formuladas para favorecimento da agricultura familiar, visto que privilegiavam os setores mais capitalizados e as grandes empresas do agronegócio. Em 1996, graças às lutas e reivindicações feitas pelas organizações dos trabalhadores rurais, foi estabelecido o Programa Nacional da Agricultura Familiar que se transformou rapidamente em uma alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira (MATTEI, 2007).

Vale lembrar que para que haja a construção dos programas públicos de desenvolvimento, é fundamental estabelecer a gestão social. A gestão social se baseia na efetiva participação da sociedade civil na tomada de decisões e formulações de políticas públicas, porém infelizmente muitos grupos sociais ficam à margem dessa construção (TENÓRIO, 2000).

## **2.2.6 Migração, herança e campesinato**

Woortmann (1990) apresenta um estudo sobre agricultores que detêm o domínio de terras, chamados por ele de “sitiantes”. O autor explica que o ato de migrar para essas populações existe como uma atividade essencial para garantir a reprodução social dessas famílias. Woortmann (1990) divide a migração dos sitiantes em três modalidades: a migração pré-matrimonial, a migração do chefe de família de tipo circular e a emigração definitiva.

A migração pré matrimonial ocorre quando um filho da família se prepara para casar-se e precisa de recursos para estabelecer nova família. Para construir uma nova casa ou um terreno, é necessário conseguir dinheiro, para adquirir-lo o camponês precisa migrar temporariamente, trabalhar, para depois voltar com os bens acumulados, e, assim, iniciar sua vida de casado. A migração pré matrimonial também tem função

simbólica de passagem do fraco para o forte e do rapaz para o homem, pois para se tornar homem, é preciso sair e enfrentar os desafios do mundo (WOORTMANN, 1990).

A migração do pai ocorre depois que o homem se casa, e repete-se durante muitos anos. Se a migração pré matrimonial for bem sucedida o sitiante constrói uma rede social de apoio que assegura a oportunidade dele voltar para o mesmo lugar. A migração do pai, ou migração cíclica, caracteriza-se pela saída do chefe da família para garantir o sustento da casa, ou também pode ocorrer quando a oferta de trabalho no sítio não ocupa toda a mão de obra da família. Quando há sobra de mão de obra os sitiantes também migram à procura de trabalho (WOORTMANN, 1990).

A última modalidade de migração, a chamada emigração definitiva, ocorre para evitar que o sítio seja fracionado entre muitos filhos. Dessa maneira, parte dos filhos emigra, e esses são indenizados por perderem o direito a terra. É por essa razão que é preferível que os filhos casem-se com primas ou com vizinhas, para que as terras sejam somadas não fracionadas (WOORTMANN, 1990).

Essas manobras realizadas pelas famílias têm como objetivo evitar que a terra seja fracionada, uma vez que fracionamento das terras é uma importante questão para manutenção dessas famílias. Extensões de terra muito pequenas não favorecem a produção de alimentos, a criação de animais, e a reprodução das famílias. É necessário manter a terra num tamanho mínimo aceitável para garantir a permanência das futuras gerações no estabelecimento familiar (WOORTMANN, 1990).

Galizoni (2002) trata da divisão das terras pelos agricultores familiares:

É um problema ambíguo que traz em si possibilidades que precisam ser equilibradas. Para as novas gerações de agricultores continuarem enquanto tais precisam ter acesso a uma parcela de terra; mas se esta é extremamente dividida, pode, ao contrário, inviabilizar a continuidade da família como grupo de agricultores independentes (GALIZONI, 2002).

Casamento, herança e migração combinam-se e arranjam-se para que seja assegurada a manutenção social das famílias. Assim, a migração, tanto sazonal quanto definitiva, ocorre quando os padrões impostos que garantem a reprodução familiar não são mais atendidos. Dessa forma, o camponês migra, para que essas condições possam ser asseguradas (GALIZONI, 2002).

Por sua vez, a herança ocorre a partir de decisões que vão sendo efetuadas ao longo do tempo. Os filhos deixam a terra aos poucos, uma vez que ela não é mais suficiente para abarcar todos os novos membros da família. O processo de sucessão e herança é construído, portanto, no correr da vida familiar, assim, quando o chefe da

família morre, o processo já está em curso: enquanto alguns filhos migram, outros permanecem na propriedade e constituem uma nova unidade de trabalho, uma nova família (GALIZONI, 2002).

### **2.2.7 Saber local**

Brandão (1986) trata das dimensões do saber popular e as divide em duas categorias: cultural e social. Sobre a dimensão cultural do saber popular, o autor afirma que as sociedades camponesas, mesmo sendo submetidas várias vezes a ideologias dominantes, sempre recriam estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de reproduzir o seu modo de vida; mais que isso, preservam, de geração a geração, os complexos sistemas dessa sabedoria popular. Assim, o que para o pesquisador pode parecer tradicional ou atrasado é a representação de um modo de vida, que, mesmo parecendo inferior, não deixa de ser eficaz.

Em relação à dimensão social do saber popular, o autor faz uma divisão das diferentes formas de organizações sociais. Todos esses níveis de organizações são importantes na garantia da reprodução social da sociedade camponesa. O primeiro grupo representa o núcleo familiar é chamado de grupo doméstico pelo autor; a parentela são os outros membros da família; existem as redes de trabalho eventuais e também as redes de trabalho especializadas; grupos religiosos; por último existem os grupos que formam sindicatos, associações, e partidos políticos que o autor chama de grupos orgânicos de prática (BRANDÃO, 1986)

É importante destacar que o lugar social onde ocorrem as trocas de saber não é único, cada comunidade possui sistemas diferentes de produção e também de troca de conhecimentos. As diferenças que existem entre um sistema e outro não são somente culturais, uma vez que se referem aos sujeitos das mais diversas áreas de atuação do saber, como saúde, religião prática produtiva, arte e artesanato (BRANDÃO, 1986).

Nesse sentido, as comunidades camponesas contam com inúmeras categorias de unidades de ensino e aprendizagem de seu próprio saber. A forma de reproduzir o conhecimento por meio das redes tradicionais de trabalho existe através de uma resistência política, no sentido de preservar os valores e os modos de vida do camponês (BRANDÃO, 1986).

### **2.2.8 Agricultura familiar e a economia do Brasil**

A Lei 11.326 de 2006 estabeleceu diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, caracterizando a agricultura familiar. Essa lei definiu o agricultor familiar como aquele que não tem propriedade maior do que quatro módulos fiscais, cuja força de trabalho produtiva é familiar nas atividades realizadas no seu empreendimento, que essa atividade seja responsável por um percentual mínimo da sua renda e também que a gestão do seu estabelecimento seja dirigida ou se faça na colaboração com sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar representa números expressivos no rural brasileiro. Dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que existiam 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, que este número representava 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros, e ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área rural ocupada no Brasil. Diante dos dados, é mostrada uma estrutura agrária concentrada no país, e que os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área rural brasileira (GUSMÃO, 2017).

O principal papel da agricultura familiar no Brasil é o abastecimento do mercado interno, garantindo a soberania alimentar de cada localidade (DEL GROSSI; MARQUES, 2010). Destaca-se nessa área a produção de mandioca (87%); feijão (70%); milho (46%); café (34%); arroz (34%); trigo (21%); leite (58%); aves (50%); suínos (59%); bovinos (30%) (GUSMÃO, 2017).

A eficiência da agricultura familiar quanto às ocupações produtivas, no valor por hectare e na contribuição com a alimentação do país é superior às contribuições da agricultura patronal. Mesmo que ocupe área significativamente menor, os estabelecimentos familiares respondem por 38% do valor total da produção, revelando maior produção de valor por área. A agricultura não familiar gera R\$ 358,00/ha e a agricultura familiar gera R\$ 677,00/ha. Da mesma forma, na geração de ocupações, a agricultura familiar tem maior participação, respondendo por mais de 15 pessoas trabalhando a cada 100 hectares, ao passo que a agricultura patronal ocupa menos de duas pessoas por 100 hectares (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

Diante de todos esses dados, verifica-se que a agricultura familiar, além de ser um instrumento de geração de renda no campo, também estimula a ocupação e promove o crescimento cada vez maior do setor rural no Brasil e garante a Segurança Alimentar e Nutricional de muitos brasileiros.



## **2.3 Comercialização**

### **2.3.1 Comercialização da agricultura familiar**

As iniciativas de incentivo à comercialização de produtos das populações tradicionais aumentaram nos últimos anos. A potencialidade desses artigos produzidos por agricultores familiares, as reivindicações dos agricultores, juntamente com a necessidade de fortalecimento, foram os causadores desse cenário. Após a categoria ser excluída do mercado agroalimentar nos anos de 1970 e ocorrer o insucesso de iniciativas do governo para incentivar a “pequena produção” nos anos de 1980 e a continuidade dessa situação em 1990, a década dos anos 2000 vislumbrou crescimento de várias iniciativas que buscam fortalecer e apoiar a produção e comercialização de agricultores familiares (RIBEIRO; GALIZONI, 2009).

Essas iniciativas são tomadas para que sejam criadas redes estáveis de trocas e relações solidárias. Dessa maneira, fica mais fácil o acesso a mercados, seja por meio dos circuitos curtos seja através daqueles com mais intermediários, por meio de esforços feitos por agricultores, sindicatos, associações, ONGs, agências públicas. Assim, cada um desses atores tem diferentes interesses, que se materializam em experiências também distintas (RIBEIRO, 2007).

A comercialização dos produtos da agricultura familiar pode desenrolar-se por vários canais. Os circuitos curtos são aqueles em que o produtor estabelece o contato direto com o consumidor, como as feiras livres. Há ainda os mais longos, como as vendas para o exterior. Nesse caso, o número de intermediários entre produtor e consumidor é muito grande. Seja qual for o modelo de comercialização, a interação entre agricultores familiares e mercados é sempre muito complexa. É necessário ainda haver a compreensão do funcionamento da produção e comercialização dos produtos, de como são estabelecidas as entradas nos diferentes mercados e como essa questão se insere nas articulações de entidades públicas e privadas (RIBEIRO, 2007).

Essas iniciativas são diferenciadas dependendo da localidade e, por esse motivo, torna-se difícil executar determinadas ações de incentivo a essas experiências, uma vez que, por ocorrerem de forma diferente em cada localidade, não são repetidas de forma idêntica ao modelo original. Muitas vezes as iniciativas de comercialização de produtos da agricultura familiar tornam-se invisíveis perante as organizações locais, que adotam políticas de apoio à integração vertical ou de comercialização externa, sem se dar conta

que comercialização da agricultura familiar e a comercialização de *commodities* são segmentos muito diferentes no meio rural (RIBEIRO; GALIZONI, 2009).

Por esse motivo, compreender o modo de organizar a produção e de inserção no mercado pela agricultura familiar é importante. As relações que populações tradicionais criam com os mercados estão ligadas diretamente à terra e aos recursos e essas relações estão além de questões mercantis. Em consequência disso, surge a demanda por canais específicos de entrada no mercado (RIBEIRO; GALIZONI 2005).

Nesse contexto, é necessária a compreensão do conceito de trabalho que tem as populações tradicionais:

existe uma sólida concepção de trabalho que orienta essas unidades familiares, que remonta à própria lógica das relações de troca entre sociedade, atividade econômica e natureza. A noção de trabalho estaria associada à idéia de agregação de valor, remontando às formulações dos economistas clássicos que associavam valor a trabalho e viam no trabalho humano a condição primária para estabelecer relações de trocas entre os bens (GALIZONI, 2008).

A comercialização agroextrativista encontra, além de dificuldades para entrar nos mercados, os entraves culturais da concepção de trabalho e valor. Conhecer esse cenário é fundamental para que ações de apoio à comercialização do agroextrativismo sejam desenvolvidas. Vale reforçar, porém, que a ideia de comercialização para essas comunidades não é estritamente econômica, isso por que agricultores familiares possuem uma íntima relação com os recursos da natureza. Esse fato indica então que a maneira de comercializar também é diferente, uma vez que o produto comercializado por esses agricultores carrega valores como confiança, credibilidade e segurança, todos esses fatores que proporcionam a fidelização do consumidor.

Em estudo sobre feiras livres, Ribeiro (2007) tratou do modo como os agricultores se socializam com os consumidores quando a venda dos produtos é feita na feira. O autor afirma que a comercialização nas feiras requer habilidades diferentes daquelas requeridas na lavoura. Nesse sentido, a feira demanda do agricultor a arte na conversação e vivacidade de espírito. A comercialização da agricultura familiar é um processo muito complexo, e pode ser realizada de várias maneiras, seja através de circuitos curtos, seja pelos canais com muitos intermediários, e não se baseia apenas na noção do comércio, visto que passa pela questão cultural das populações e pelas formas de interação de agricultores e agricultoras com a sociedade (FREITAS, 2010).

Dessa maneira, no que se refere à agricultura familiar, as potencialidades da produção e da comercialização dos produtos ampliam-se quando as famílias rurais se organizam em grupos. Esse processo facilita a aquisição de insumos e equipamentos para produção e beneficiamento e favorece o acesso a crédito e a políticas públicas. Esses fatores contribuem para o aumento da escala de produção e da competitividade dos produtos das organizações de agricultores familiares. Na maioria das vezes esses grupos se organizam através dos princípios da economia solidária.

A economia solidária é um sistema crítico e alternativo ao capitalismo, em que as iniciativas de produção, comercialização ou prestação de serviços são exercidas por grupos populares. Os seguintes valores devem ser respeitados dentro de um sistema de economia solidária: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, compromisso com a comunidade, transparência, honestidade, respeito ao meio ambiente e valorização da mulher. Todos esses princípios devem ser colocados em prática dentro de uma estrutura de autogestão, em que não ocorre a exploração do trabalhador, em que a divisão dos bens é feita de forma igualitária, bem como as decisões do empreendimento.

Singer (2001) ressalta a importância da economia solidária para a agricultura familiar. Para o autor a união de agricultores familiares surge como resposta à exploração das grandes empresas atacadistas que compravam seus produtos a preços muito baixos, ou por parte das indústrias que produzem e vendem os insumos e maquinários a preços muito altos. A saída encontrada por esses agricultores foi de organizar empreendimentos para realizar compras e vendas em nome de todos. Dessa maneira o grupo ganha poder de barganha, além de ganhos na escala de produção.

Em estudo feito em 2014 Gaiger apontou que 55% dos empreendimentos da economia solidária no Brasil localizavam-se no meio rural, desse total 69% organizavam-se na forma de associações. Outro importante dado trata das atividades econômicas que essas organizações realizavam: 85% dos grupos faziam consumo ou uso coletivo de bens, 65% realizavam troca de produtos ou serviços, 62% faziam empréstimos através de finanças solidárias, 52% dos grupos produziam ou produziam e comercializavam, 37% faziam comercialização e 19% prestavam serviços.

A economia solidária abrange os empreendimentos que são formados por indivíduos que tem como objetivo além que gerar renda, também proporcionar trabalho

e ocupação para os participantes. Essas pessoas se unem como resposta à exclusão praticada pelo sistema capitalista (SINGER, 2001).

A produção da agricultura familiar é a principal responsável por abastecer os mercados localmente. A lógica de inserção dos produtos pelos agricultores familiares é diferente das empresas do mercado convencional, mesmo que estejam inseridas no mesmo contexto. Os agricultores familiares estão muito mais ligados aos recursos do meio em que estão inseridos, uma vez que possuem modos de organizar a produção e também uma forte ligação cultural nas cadeias de produção e comercialização (RIBEIRO; GALIZONI 2009).

Freitas (2010) analisou as possibilidades que os agricultores têm para realizar o escoamento da produção agroextrativista em estudo sobre a comercialização da agricultura familiar no Rio dos Cochos, município de Januária. A autora observou que a comercialização dos produtos era feita em mercados locais, regionais, nacionais e institucionais. Dados desse trabalho mostravam que a feira livre revelava-se um importante canal de acesso ao consumidor por parte dos agricultores, isso refletia-se na maior presença de agricultores familiares na feira livre em relação ao mercado municipal, onde majoritariamente são vendidos produtos industrializados como calçados, roupas e utensílios domésticos.

A feira traz vantagens para os agricultores feirantes, consumidores e comerciantes. Os feirantes têm acesso direto aos consumidores e vendem, na maior parte, à vista. Consumidores têm acesso a produtos de qualidade e produzidos na região de acordo com o gosto da população, o que garante a soberania alimentar. Por fim, os comerciantes além de venderem para os feirantes produtos não produzidos por eles como óleo, sal, macarrão, se beneficiam com aumento do movimento do comércio proporcionado pelas feiras (FREITAS, 2010).

Freitas (2010) elencou três principais dificuldades e desafios encontrados pelos agricultores para inserir seus produtos no mercado. O primeiro diz respeito ao valor atribuído ao trabalho agroextrativista. Normalmente as atividades agroextrativistas demandam menos trabalho do que as atividades da lavoura, dessa maneira surge um incômodo por parte dos agricultores feirantes em comercializar produtos do agroextrativismo pela dificuldade de precificação dessas mercadorias.

Outra dificuldade ocorre uma vez que a maioria dos produtos do agroextrativismo é disponível para coleta apenas em épocas específicas do ano, nas safras. Nesse período cresce muito a oferta dos frutos, que na maioria das vezes são comercializados *in natura*, e não possuem vida útil muito longa. Esses aspectos desmotivam muitos agricultores a investirem na atividade (FREITAS, 2010).

Uma terceira dificuldade diz respeito à certificação e formalização dos produtos. Os frutos do agroextrativismo, vendidos *in natura*, sem passar pelo processo de beneficiamento que aumente a sua validade para consumo, encontram em muitos canais a exigência de certificação, embalagens e normas de higiene. Essas imposições também afetam esses agricultores de maneira negativa (FREITAS, 2010).

Dentro desse contexto, Freitas (2010) identificou as organizações da sociedade civil e também do poder público que apoiavam e buscavam melhorias para os canais de comercialização. Essas iniciativas estavam ligadas principalmente a capacitação dos agricultores e melhorias na infraestrutura das feiras e do mercado municipal. Instituições como SEBRAE, SENAR e o IFET (atual IFNM) de Januária realizavam capacitações para os feirantes dentro da temática da comercialização. A Prefeitura Municipal de Januária também realizava trabalhos no sentido de melhorias no espaço das feiras. Como representante da sociedade civil a Associação dos Agricultores Familiares e Feirantes de Januária fazia o trabalho de levar aos espaços de interesse as demandas dos agricultores feirantes.

Vale ressaltar que não foram encontradas pela autora iniciativas específicas de apoio a comercialização dos produtos do agroextrativismo. Essa falta de incentivo ao agroextrativismo por parte do poder público é uma questão que deve ser resolvida com prioridade, isso por que o agroextrativismo revela-se como uma importante atividade de geração de renda para os agricultores.

### **2.3.2 Alimentos tradicionais**

Nos últimos anos vem se manifestando expressivamente a necessidade de se consumir produtos diferenciados, aqueles produtos que carregam uma história, ou difere quanto à produção, que são mais valorizados e mais procurados por um seleto grupo de consumidores. Os produtos produzidos por comunidades tradicionais de agricultores familiares entram nessa categoria de artigos diferenciados, isso porque trazem ao

consumidor qualidades simbólicas como a tradição e a história particular de cada comunidade, o que os tornam exclusivos (RIBEIRO e MARTINS, 1995).

Tal procura dos consumidores por esses artigos específicos faz com que o preço pago por eles seja maior. Nesse sentido confirma-se a ideia de que produtos com história vendem mais e vendem melhor. Segundo a União Européia o comércio dos produtos com história feitos por agricultores familiares pode ser responsável por reanimar a economia de várias localidades do meio rural (ZUIN e ZUIN, 2007).

A crescente busca pelos alimentos produzidos por agricultores familiares deve-se, na maioria das vezes, pela procura da população em consumir alimentos mais naturais, sem adição de agrotóxicos, mais saborosos e saudáveis, e acima de tudo que possuam uma origem conhecida (MARIOT, 2002). Nos últimos anos vem crescendo na Europa um movimento denominado *Slowfood*, cujo objetivo é reassumir e valorizar aspectos ligados aos alimentos como tradição, produção artesanal, cultura e valorização do meio ambiente (ZUIN e ZUIN, 2008).

O Brasil destaca-se na exportação de *commodities*. No entanto, o valor agregado a essa matéria prima exportada é muito pequeno. Na contramão do país estão os Estados Unidos e países da União Européia, que investem em alimentos mais elaborados, com maior valor agregado, dessa maneira a margem de lucro adquirida na comercialização desses alimentos diferenciados é bem maior que a obtida na venda dos alimentos brutos (WILKINSON, 2002).

### **2.3.3 Canais de comercialização**

De acordo com Ploeg (2008), 85% da produção de alimentos do planeta não passa pela indústria de processamento. Eles são comercializados em circuitos curtos e descentralizados. Nesse contexto, Pierre (2015) classifica os canais de comercialização da agricultura familiar em quatro mercados distintos:

- Vendas diretas: comercialização direta do produtor para o consumidor. São os chamados circuitos curtos que se manifestam através das feiras livres, vendas na propriedade, entrega em domicílio.
- Cadeias de integração vertical: quando os produtores familiares fazem parte da base que abastece grandes empresas do agronegócio; as principais cadeias são de aves, suínos, leite e fumo.

- Vendas para distribuição: para atacadistas, restaurantes, lojas de produtos naturais e agricultura orgânica, supermercados e hipermercados.
- Mercados institucionais: como o Programa Nacional da Alimentação Escolar, que estabelece que as escolas públicas do Brasil devem adquirir alimentos produzidos por agricultores familiares para compor a merenda escolar.

Muito mais que ganhos econômicos, os circuitos curtos de comercialização trazem benefícios sociais e culturais, pois estimulam a relação de confiança que existe entre produtor e o consumidor, ao trazerem para a localidade maior circulação de serviços, produtos e capital, favorecendo, assim, o desenvolvimento local. Dados do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2012) apontam que, no Brasil, haja 140 feiras livres em 22 das 27 capitais. Essa mesma pesquisa retrata que, nas capitais com maior presença de agricultores familiares no meio rural as vendas diretas são mais presentes.

Os circuitos de proximidade ou circuitos curtos são importantes alternativas para agricultores familiares inserirem seus produtos nos mercados. Alimentos frescos, que são produzidos na localidade de forma sustentável chamam atenção dos consumidores que procuram produtos diferenciados e mais saudáveis. Esses circuitos possuem vantagens em relação aos circuitos convencionais, porque reduzem a intermediação entre produtor e consumidor, movimentam o mercado local e promovem o desenvolvimento socioeconômico dos territórios.

Correspondendo a novas alternativas para agricultores familiares comercializarem seus produtos, os circuitos curtos, além de promoverem a geração de renda dessas populações, estimulam positivamente hábitos alimentares saudáveis dos consumidores. De acordo com o relatório “Perspectivas de la agricultura y la vida rural em las Américas” (CEPAL; FAO; IICA, 2014), em todo o planeta há uma demanda por transparência no ciclo de produção de alimentos.

Darolt *et al.* (2013) estabelecem a tipologia dos circuitos curtos de vendas dos produtos da agricultura familiar, reproduzido na figura 1.

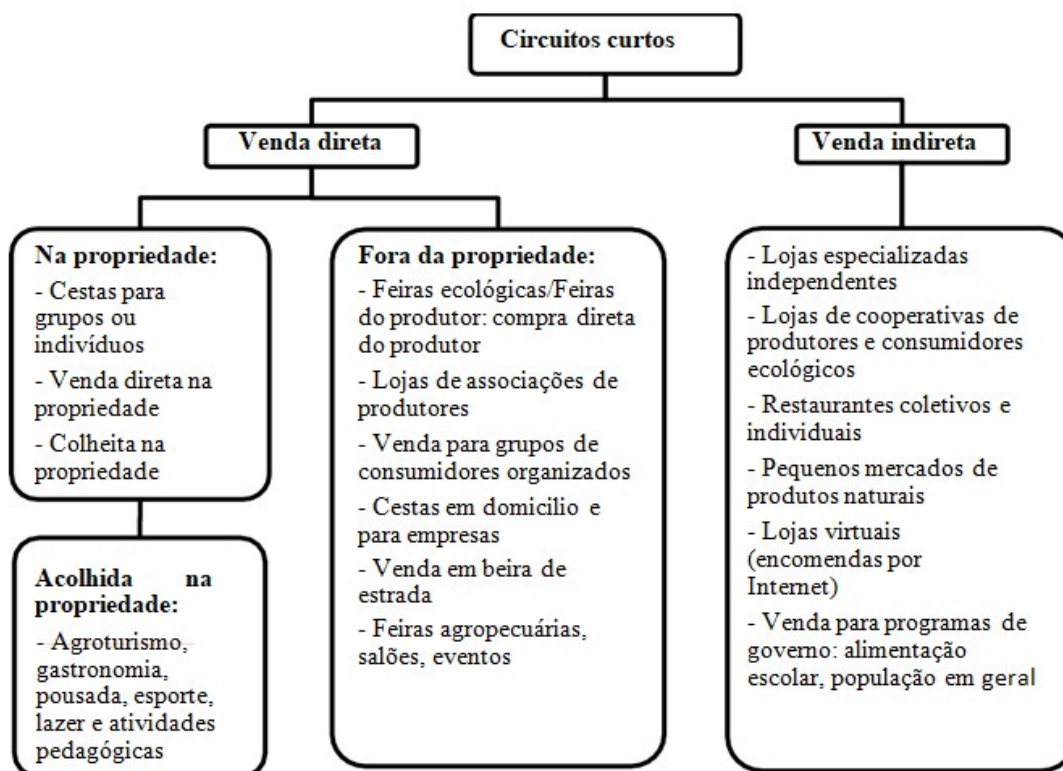


Figura 1: Tipologia dos circuitos curtos. Fonte: Darolt *et al.* (2013)

A base dessas unidades de comercialização é a família que se organiza para agregar valor ao produto e diminuir os gastos de produção. Nesses sistemas, existe autonomia da família para gerir, planejar e comercializar os produtos, a qual, se comparada aos circuitos longos, é muito maior (DAROLT *et al.*, 2013).

Sabourin (2007) destaca que os circuitos curtos se mostram como alternativas para uma dicotomia na qual se encontram muitos agricultores familiares do país: por um lado a integração forçada às empresas capitalistas, e por outro, a dependência de recursos de caráter assistencialista.

Outra forma de levar os produtos da agricultura familiar para o mercado com competitividade é através das empresas integradoras e cooperativas, que dão possibilidade da produção em escala. No entanto, as pressões de grandes concorrentes nacionais e internacionais passam a existir nesse setor do mercado (WILKINSON, 2008).



O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atua também como um importante segmento institucional para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sendo uma política pública, o Programa tem como principal objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, criando mercado para a venda de produtos nas escolas da rede pública. É coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que repassa recursos para as escolas e estabelece que, no mínimo, 30% deles sejam empregados na compra de produtos da agricultura familiar (GUSMÃO, 2017).

Wilkinson (2008) identifica esses cenários e propõe que políticas de fortalecimento da “pequena produção” precisam discriminar os distintos tipos de oportunidades que existem em diferentes mercados e adotar as medidas apropriadas para cada caso, instigando a mobilização dos parceiros correspondentes. O autor afirma ainda que a redefinição do status de produtos e práticas tradicionais ligadas à cultura trazem aos produtos da agricultura familiar um caráter de qualidade especial.

#### **2.4 Semiárido e Gerais**

Grande parte da agricultura familiar do Brasil vive no Semiárido. A região semiárida do Brasil está localizada em uma área de 982.563,3 km<sup>2</sup>, compreendendo 1.133 municípios que juntos somam cerca de 22 milhões de habitantes (IBGE, 2007). O Semiárido abrange os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e uma parte de Minas Gerais.

A área de abrangência do Semiárido é caracterizada por precipitações médias anuais de 800 mm, altas temperaturas que variam de 23° C a 27°C, altas taxas de evapotranspiração em torno de 2.000 mm/ano e umidade do ar por volta de 50%. Os baixos índices de precipitações que apresentam o Semiárido contribuem como um dos motivos principais para a ocorrência de fenômenos como a seca, isso gera a necessidade de atendimento especial no abastecimento de água para a população (CARVALHO, 2008).

Malvezzi (2007) analisa o Semiárido como um “processo social”, que perpassa o clima e a vegetação, mas que abrange várias relações sociais e culturais. Dessa maneira, torna-se impossível caracterizá-lo como um ambiente isolado, por isso é importante pensar no ambiente atrelado às características da população que vive na localidade.

A área de abrangência do Semiárido em Minas Gerais, sob a perspectiva ambiental, estabelece-se no encontro dos biomas cerrado, caatinga e mata seca (CARVALHO, 2008). Vale destacar que o semiárido mineiro apresenta particularidades quando comparado ao semiárido brasileiro: as áreas mineiras possuem nascentes que abastecem grande parte das comunidades rurais. São essas nascentes que delimitam a distribuição espacial dessas populações e proporcionam às famílias condições para a produção de alimentos. No entanto, nos últimos anos, essas nascentes estão secando. Esse processo tem sido causado por grandes empresas reflorestadoras e de carvoejamento, que desmatam, queimam e causam o assoreamento desses mananciais (RIBEIRO, 2010).

Parte do Semiárido de Minas Gerais é denominada como “gerais”. Caracterizar os gerais é essencial para compreensão do modo de vida da população que vive na localidade da pesquisa, tendo em vista que o meio ambiente faz parte da maneira como esses agricultores conduzem seu cotidiano. Nesse ecossistema, as populações plantam, colhem, criam e coletam recursos nativos, ou seja, operam um sistema tradicional de conhecimento e reprodução social que se estabelece somente devido às características ambientais da região (RIBEIRO, 2010).

Ribeiro (2010) define os gerais como:

os gerais da margem esquerda do Alto-Médio rio São Francisco são chapadas extensas e pouco elevadas, cobertas por vegetação arbustiva e rasteira, assentadas na maioria dos lugares sobre solos muito pobres e secos, formados por areia quartzosa (Ribeiro, 2010, p 23).

Galizoni (2005) determina que os gerais estão localizados nas chapadas, possuem terras arenosas e de baixa fertilidade. No entanto, as fontes de água são de boa qualidade, como nascentes, veredas e brejos. Nos gerais há plantas de uso medicinal e variedades de frutos nativos, além de pastos. Assim, para essa autora, as terras dos gerais possuem características que podem variar dependendo da localidade.

Nesse contexto, as veredas caracterizam-se pela presença de buritizeiros e pindaíbas. São áreas ao redor das veredas que os moradores utilizam para plantios, diferente dos carrascos que se caracterizam como terras duras, com a fertilidade muito baixa, e uma vegetação intensa e entrelaçada. Existem também as campinas com a incidência de capins nativos, utilizadas como áreas de pastoreio. Os capões são os

trechos de mata arbórea com disponibilidade de árvores como aroeira e pau d'arco (GALIZONI, 2005).

Ribeiro (2014) afirma que os agricultores que vivem nos gerais tinham mobilidade espacial, domínio sobre a terra e a exploração dela e dos recursos naturais variado de acordo com a estação do ano, devido à especificidade de cada área. Em uma parte do ano, as ocupações localizavam-se nas chapadas, com a criação de gado, já na época da seca as plantações são feitas nas vazantes dos rios, valendo-se de sua umidade. Durante o período de chuva, planta-se na mata seca, uma vez que as vazantes são inundadas pelas águas do rio.

## **2.5 Área de Proteção Ambiental estadual do rio Pandeiros**

Minas Gerais possui uma grande variedade de formações vegetais. Combinado com uma grande diversidade de condições topográficas, climáticas e geológicas o estado também se localiza em um território de encontro de cerrado, mata atlântica e caatinga (DRUMOND et al., 2005).

Na região norte do estado se manifesta vegetação adaptada a períodos de seca, baixos índices de precipitações durante o ano, que se concentram em um período específico do ano (FERNANDES, 2002). No decorrer dos anos essas paisagens sofreram profundas modificações ocasionadas por atividades que exploravam os recursos naturais. Isso ocorreu devido ao modo de ocupação da região que foi impulsionado pelo Estado que estimulava o uso intensivo dos recursos por grandes empresas capitalistas (RIBEIRO, 2010).

Dados do Instituto Estadual de Florestas - IEF (IEF, 2018) revelam que somente 33% das formações vegetais nativas do estado Minas Gerais encontram-se conservadas. Parte expressiva dessa cobertura vegetal está localizada na região norte, em grande parte dentro de Unidades de Conservação (UCs).

Antunes (1994) afirma que os índices pluviométricos da região norte variam entre 800 e 1.250 mm ao ano. No entanto, existe uma concentração dos períodos chuvosos, e uma elevada evapotranspiração.

O perfil dos solos da região norte é basicamente arenoso, não estruturado, com alto índice de drenagem e profundo. Têm origem da sedimentação levada por grandes fluxos hídricos em períodos geológicos passados. Por essas circunstâncias formou-se

um solo carente de nutrientes, pobre em matéria orgânica e muito ácido (NAIME, 1980). Os solos dessa região não apresentam propensão à produção agrícola intensiva. Dessa maneira não se recomenda a retirada da formação de vegetação nativa para fins de produção. Isso porque a retirada dessa cobertura favorece a ocorrência de processos erosivos (JACOMINE, 1979). De acordo com classificação do Ministério do Meio Ambiente as áreas da região do norte de Minas têm uma alta susceptibilidade a processos de desertificação devido à implantação de sistemas produtivos sem o uso correto de técnicas de conservação (MMA, 2008).

Em 1995, foi promulgada a Lei 11.901 de 01/09/1995 que estabeleceu a Área de Proteção Ambiental Estadual (APA) do rio Pandeiros que corresponde à maior unidade de conservação no estado de Minas Gerais, com uma área total de 393.060 hectares localizada nos municípios de Cônego Marinho, Bonito de Minas e Januária (MMA, 2008).

As APAs são áreas que possuem aspectos naturais, culturais e estéticos relevantes. Normalmente são escolhidas áreas extensas, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, organizar o processo de ocupação humana, além de garantir o uso sustentável dos recursos.

Na APA do rio Pandeiros há presença de espécies vegetais que se manifestam em áreas de cerrado e também de caatinga. Isso porque na região se estabelece uma transição com a ocorrência de variedades com adaptações muito particulares. Também por esse motivo a conservação biológica se faz necessária.

Drumondet *al.*, (2005) consideram a APA do rio Pandeiros como uma região de prioridade quando se fala da conservação de recursos naturais. Os autores elencam três características da área que consideram de importância biológica: relevante pela presença de mamíferos e invertebrados; importância biológica extrema devido à presença de aves, répteis e anfíbios e importância biológica especial para peixes.

A porção do rio São Francisco onde hoje está localizada a APA do rio Pandeiros teve seu povoamento iniciado no século XVIII. Nesta área estão localizados gerais. Na década de 1970 as terras de gerais, situadas em áreas de transição entre cerrado e caatinga, foram dominadas por grandes empresas atraídas por incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Estes incentivos

estimularam a ocupação de terras por grandes empresas para exploração intensiva (RIBEIRO, 2014).

Devido a essas intervenções, grandes impactos ambientais foram causados na região dos gerais. As chapadas foram tomadas pelas empresas que as tornaram grandes eucaliptais. A população que vivia na região perdeu o acesso a grande parte daquelas áreas antes utilizadas por todos, principalmente as chapadas tornaram-se propriedade das empresas. Ribeiro (2010) descreve esse episódio:

Essas áreas foram compradas por firmas, desapropriadas por agências públicas ou tomadas por grileiros. Limitados às terras baixas de cultura e aos brejos, os agricultores intensificaram a produção nas áreas reduzidas, que foram empastadas e passaram a sustentar os rebanhos. As lavouras ficaram restritas aos brejos, mudaram para dentro das veredas. A criação de gado e o plantio de inverno nas veredas aceleraram o esgotamento da água e dos recursos que restaram aos agricultores. Impedidos de coletar nos gerais e soltar gado nos campos privatizados por firmas, geralistas foram transformados em veredeiros (RIBEIRO, 2010 p. 19).

Vários problemas de cunho social também afetaram essas populações, trabalho análogo a escravidão, conflitos por terra, e emigração da população somaram-se aos problemas de caráter ambiental. A permanência dessas empresas na região não durou muito tempo, já no fim da década de 1980 as atividades exercidas por elas foram diminuindo. Os investimentos feitos revelaram-se pouco satisfatórios, e por esse motivo muitas empresas abandonaram essas terras exploradas (RIBEIRO, 2010).

Diante desse contexto, também na década de 1980 agências ambientais de nível estadual e federal iniciaram na região um movimento de estabelecimento de áreas de conservação, que limitavam mais ainda os meios de produção da população. De acordo com Ribeiro (2010) essa região despertou interesse das agências ambientais devido à baixa densidade demográfica, presença de extensas áreas de veredas e chapadas, grande disponibilidade de recursos naturais, e principalmente a necessidade de assegurar a vitalidade do rio São Francisco, isso por que na região localizam-se muitas nascentes que alimentam alguns dos principais tributários do rio.

Com a implantação dessas unidades de conservação, as áreas destinadas à produção desses agricultores, já restringida pela tomada de terras, limitaram-se mais ainda devido as restrições trazidas com as áreas de conservação. Essas populações se viram então pressionadas por dois extremos: de um lado as terras que foram compradas

pelas empresas, sendo exploradas por elas ou não, não podem mais ser utilizadas pelos agricultores; e por outro lado as áreas de conservação estabelecidas pelo governo, que também restringem o acesso e utilização dos recursos pela população (RIBEIRO, 2010).

## **2.6 Desenvolvimento e conservação de recursos**

Cavalcanti (2012) classifica o desenvolvimento sustentável como sendo aquele que dura, ou seja, aquele que usa os recursos da natureza de forma consciente, respeitando-se os limites e finitudes do meio ambiente. Para o autor, as regras e limites impostos pelo meio ambiente são essenciais para que esse desenvolvimento possa se sustentar, levando-se em consideração o bem-estar humano, a valorização cultural e a realização plena da cidadania.

Vale ressaltar a diferença entre desenvolvimento e crescimento. A ideia de desenvolvimento está ligada ao progresso, à mudança e evolução. Já o crescimento corresponde à expansão ou ao aumento da produção, sem levar em conta os limites da natureza (CAVALCANTI, 2012). De acordo com essas conceituações, percebe-se que pode acontecer em comunidades tradicionais que se localizam em áreas protegidas o desenvolvimento ambiental, porque somente a concepção de desenvolvimento pode ser aliada à ideia de conservação.

Ainda sobre a diferença entre desenvolvimento e crescimento, Romeiro (2003) afirma que é possível que uma sociedade seja técnica economicamente e sustentável ao mesmo tempo, sendo esse estilo de sociedade muito mais desejável do que aquele que visa à constante expansão da produção. Para o autor:

A transição para um sociedade sustentável requer um cuidadoso balanço entre objetivos de curto e de longo prazo, e uma ênfase não na quantidade de produto, mas na eficiência e na equidade da qualidade de vida. Isso requer mais do que produtividade e mais do que qualidade de vida; requer também maturidade, compaixão e sabedoria (ROMEIRO, 2003 p.11).

Nascimento (2012) também trata do desenvolvimento sustentável e classifica-o em três dimensões: ambiental, econômica e social. A dimensão ambiental trata do equilíbrio que deve haver entre produção e consumo, uma vez que a produção e economia são subsistemas do meio ambiente. A dimensão econômica refere-se à ecoeficiência, um conceito sobre a inovação tecnológica, que objetiva diminuir a dependência da produção energética do ciclo fóssil (gás, carvão e petróleo). A última

dimensão é a social, a qual propõe que todos os cidadãos devem viver em uma sociedade sustentável a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Percebe-se, portanto, que o desenvolvimento sustentável é um modelo que presume a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Nesse sistema, a noção de recursos naturais finitos é a base para a construção de uma sociedade mais justa e que, embora economicamente ativa, consiga conservar o meio ambiente. Dessa maneira, a percepção social sobre a necessidade de conservação de recursos naturais tem aumentado cada vez mais nos últimos anos.

Nessa perspectiva, conservar a biodiversidade corresponde a um conjunto de práticas que visam manter a abundância de espécies, processos ecológicos e dos ciclos naturais vitais, bem como a manutenção dos ecossistemas (MANETTA, 2016). Assim, compreende tanto as ações de preservação total de conjuntos bióticos, quanto a manutenção de áreas em que existe a interação entre população e natureza (GANEM, 2010).

No ano 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que teve como marco regulatório a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. O SNUC tornou-se um importante instrumento para que seja efetiva a proteção dos recursos naturais (MMA, 2002). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007), as UCs compreendem terra e/ou mar a partir da proteção dos recursos biológicos e culturais, sendo a efetividade dessa preservação assegurada por meios legais.

Desse modo, vale reforçar que as unidades de conservação possuem grande importância ambiental, estética, cultural e histórica, bem como são imprescindíveis para a manutenção dos ciclos ecológicos. É importante lembrar ainda que essas unidades possuem uma demanda de regimes específicos de preservação e exploração, ou seja, nas UCs a exploração dos recursos é feita de maneira regulamentada (COZZOLINO, 2004).

Diante dessas considerações essa pesquisa trata-se de um estudo em comunidades da bacia do rio Pandeiros a respeito da produção e geração de renda para as famílias de forma sustentável. O agroextrativismo é uma atividade que se mostra como importante alternativa aos agricultores que vivem na localidade como forma de geração de renda e conservação de recursos naturais. Entretanto, várias dificuldades são encontradas por esses moradores na comercialização dos produtos. Dessa maneira foi

realizada uma investigação a respeito dos principais entraves que os agricultores que comercializam produtos do agroextrativismo da comunidade Cabeceirinha principalmente, e de outras comunidades do município de Januária estão sujeitas.

### **3 Metodologia**

A primeira fase da pesquisa que deu origem a essa dissertação consistiu em realizar revisão bibliográfica sobre temas que fornecessem informações acerca da agricultura familiar, comercialização da agricultura familiar e sobre o agroextrativismo, além da caracterização climática e geográfica da região estudada. Essa revisão teve o intuito de construir uma carga de leitura que facilitasse a construção deste trabalho (GIL, 1987).

Autores como Tayline Walverde Bispo e Janaína Deane de Abreu Sá Diniz (2014), e Sandra Afonso (2014) foram utilizados para categorizar o agroextrativismo bem como a relação existente entre a atividade agroextrativista e a agricultura familiar. Recorreu-se a João D'Angelis para tratar do agroextrativismo no cerrado. Em relação a multifuncionalidade existente na atividade agroextrativista para a agricultura familiar foram analisados os trabalhos dos autores Philippe Bonnal, Ademir Antonio Cazella e Renato Sérgio Maluf. Para analisar a agricultura familiar, sua forma de organização e de trabalho recorreu-se aos clássicos Karl Kautsky, Alexander Chayanov e Klaas Woortmann. Para estudar a comercialização da agricultura familiar foram utilizados os trabalhos dos autores Eduardo Ribeiro e Flavia Galizoni (2009), Camila Freitas (2010), Van der Ploeg (2009), John Wilkinson (2008) e Luis Fernando Zuin e Fernanda Bruno Zuin (2007). Os trabalhos destes e de outros autores sustentam o quadro teórico e metodológico que respaldam este estudo, que faz uma análise do cenário do agroextrativismo em relação à agricultura familiar. Essa revisão literária ocorreu durante todo o período de vigência da pesquisa.

Malinowski (1978) ressalta que o pesquisador deve sempre estar atento aos fatos sociais que ocorrem ao seu redor e que esses não podem ser manipulados em hipótese alguma, devendo haver sensibilidade ao manuseá-los. Para ele, os resultados de uma pesquisa científica devem ser apresentados de maneira totalmente neutra e honesta. A metodologia empregada deve ser minuciosamente descrita. Deve ser feito o detalhamento de todos os passos das experiências efetuadas, descrição exata dos instrumentos utilizados, da maneira como as observações foram conduzidas, da



quantidade de tempo que lhe foi dedicado e do grau de aproximação com o qual cada medida foi realizada.

A próxima etapa da pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 11 de janeiro de 2018. Nesse período a equipe de pesquisa composta por Ana Flávia Rocha (estudante de engenharia florestal na UFMG), Gildarly Costa da Cruz (mestrando no programa Sociedade Ambiente e Território UFMG/Unimontes), o professor Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro e Yara Janaina Pinto Gusmão também estudante do programa de mestrado e autora dessa dissertação fizeram a primeira visita de reconhecimento a comunidade de Cabeceirinha (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Na ocasião foram realizadas entrevistas com cinco moradores da comunidade, sendo eles Senhor José Lopes, Dona Maria Santana, Dona Maria Lopes, Senhor André e Senhor Valentim. Nessas entrevistas vários assuntos foram abordados, a saber, as formas de acesso à terra pelos moradores, os modos de organização da produção, de alimentação e de acesso à água pelos moradores, a disponibilidade de frutos nativos, as formas de utilização desses frutos.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988) descreve métodos para pesquisas etnográficas, e refere-se ao relato oral como importante instrumento de captação de informações para a pesquisa. O relato oral sempre foi uma forma de o ser humano conservar e transmitir as informações e os saberes e, nesse processo, sempre haverá um narrador e um ouvinte ou público.

A partir dos relatos e das observações obtidos na primeira visita à comunidade foi possível traçar os próximos passos a serem seguidos para continuação da pesquisa. O primeiro ponto observado foi que a Cáritas Diocesana de Januária<sup>1</sup> foi um importante instrumento de desenvolvimento para a comunidade. Também foi observado o grande potencial da comunidade para a produção agroextrativista, seja pela potencialidade comercial dos frutos, seja pela qualificação dos moradores no beneficiamento, ou pela unidade de beneficiamento totalmente equipada que a comunidade possui.

---

<sup>1</sup> A Cáritas Diocesana de Januária é uma entidade dedicada a promover a assistência social “tendo em vista atingir pessoas, grupos e comunidades, de acordo com presente estatuto, sem distinção de nacionalidade, raça, cor, credo político ou religioso”. Foi fundada em 21 de maio de 1999, atua sem fins lucrativos, tem duração indeterminada, com atuação no âmbito da Diocese de Januária e vinculada à Cáritas Brasileira, organismo da Conferência dos Bispos no Brasil (CNBB), (CÁRITAS, 2013, arquivos, Januária, MG).

Carlos Rodrigues Brandão (1986) reforça a importância de empregar-se uma metodologia específica nos estudos de comunidades tradicionais. Incorporar a interpretação dos agricultores, tendo em vista a especificidade de cada localidade, é essencial para o sucesso da pesquisa.

A próxima etapa da pesquisa foi a participação na Feira Regional da Economia Popular Solidária realizada na cidade de Januária/MG nos dias 18 e 19 de maio de 2018. Todas as iniciativas que trabalham com o agroextrativismo no município de Januária participaram da feira, na oportunidade foi realizada uma pesquisa por meio de questionários semi-estruturados com esses empreendimentos. A pesquisa teve como objetivo o reconhecimento do atual cenário do agroextrativismo em Januária. Foram definidas nesta etapa quais seriam as iniciativas de comercialização do agroextrativismo que participariam do estudocomparativo, foram cinco: Comunidade Agreste, Comunidade Água Doce, Comunidade Pandeiros, Comunidade Peruaçu e Comunidade Sambaíba.

Na quarta etapa, foi realizada entrevista com Meirenalva Lisboa Reis técnica da Caritas de Januária, com o objetivo de conhecer o trabalho realizado pela organização na comunidade de Cabeceirinha. Meirenalva trabalhou durante dez anos na comunidade e acompanhou de perto desde a implantação até o término as atividades do projeto Nossa Terra Solidária conduzidas pela Caritas em Cabeceirinha.

Definidas as comunidades cujas iniciativas comparadas de comercialização do agroextrativismo seriam pesquisadas, a próxima etapa deste estudo foi a realização de entrevistas com representantes de cada uma delas. Essas entrevistas tiveram como objetivos conhecer o funcionamento de cada iniciativa e também os entraves enfrentados por cada uma na comercialização dos produtos.

Também foram realizadas entrevistas com dois técnicos do Instituto Estadual de Floresta que trabalhavam na época da implantação do Projeto Pandeiros, Walter Viana no dia 28 de setembro, e Kolbe Wombral no dia 10 de outubro de 2018. Nas ocasiões os entrevistados falaram sobre o Projeto Pandeiros implantado em algumas comunidades da APA do rio Pandeiros, e também sobre a grande potencialidade que as comunidades da região da APA possuem para a produção e comercialização agroextrativista.

Em uma próxima etapa realizada no dia 18 de dezembro de 2018 foi feita entrevista com José Fabio Soares, técnico da Cooperativa Grande Sertão, que é a compradora dos produtos fornecidos pelo grupo agroextrativista de Cabeceirinha. O objetivo dessa entrevista foi conhecer o sistema de compra de produtos da comunidade

pela Cooperativa Grande Sertão e também buscar informações sobre a formação e capacitação do grupo que trabalha com o agroextrativismo na comunidade.

Finalmente, foram feitas entrevistas na comunidade de Cabeceirinha, com todos os participantes do “grupo dos frutos do cerrado” com o objetivo de pesquisar quais são os entraves existentes na produção e na comercialização dos produtos do agroextrativismo. Todas as entrevistas realizadas nessa pesquisa foram guiadas por roteiro de caráter semiestruturado, gravadas e posteriormente transcritas. Ademais a construção dessa pesquisa contou com o auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais, FAPEMIG, e de bolsistas do Núcleo de Pesquisa e Apoio a Agricultura Familiar NPPJ/UFMG, principalmente nas transcrições das entrevistas.

No dia 1 de dezembro de 2018 foi realizado um dia de campo na comunidade, organizado pelo Núcleo PPJ e Cáritas com o objetivo de animação da Comunidade. Na ocasião ocorreu a devolução dos dados parciais desta pesquisa. Também foram oferecidas nove oficinas com temas variados aos moradores da comunidade.

## 4 Resultados

### 4.1 Área da pesquisa

Essa pesquisa foi desenvolvida na comunidade de Cabeceirinha, município de Januária, na porção norte de Minas Gerais (fig.2).

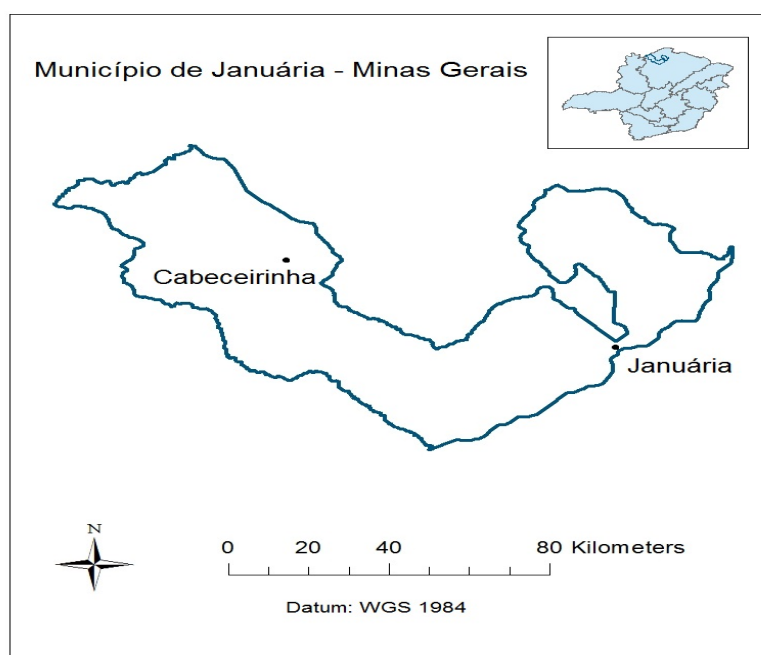


Figura 2

Cabeceirinha é localizada a 120 quilômetros da cidade, dentro da Área de Proteção Ambiental do rio Pandeiros. É formada por seis povoados: Raposa, Goiabeira, Ribeirão Curralinho, Resfriado, Tatu e Cabeceirinha. Vale mencionar que Oliveira (2008) tratou da ocupação populacional da comunidade de Cabeceirinha.

“a ocupação da Comunidade de Cabeceirinha e povoados, segundo relatos de Dona Isidora, moradora mais antiga de Cabeceirinha, e do Senhor Valentim, a região tem uma ocupação mais recente do que Januária e começou a ser desbravada pela família de Dona Isidora para exploração de agricultura de subsistência. Apesar da grande dificuldade, no princípio, a família de Dona Isidora plantava feijão, milho, arroz para consumo próprio, os excedentes eram comercializados em Januária. Percorriam o trajeto de Cabeceirinha à Januária de carro de boi carregado de produtos em uma viagem que durava aproximadamente 10 dias. Neste período, ela e a família acampavam na beira da estrada como verdadeiros tropeiros. A viagem de volta, com menos peso durava em torno de 4 a 6 dias. Assim se iniciou o povoamento da região de Tatu, Cabeceirinha e Resfriado. Já Goiabeiras e Ribeirão foram se desenvolvendo depois com a chegada de outros moradores e o crescimento das famílias.” (OLIVEIRA, 2008)

Segundo relatos de moradores da comunidade, a comunidade de Cabeceirinha inicialmente foi ocupada por famílias que procuravam terras para se estabelecer. As famílias apropriavam-se das terras sem encontrar restrições e por ali se estabeleciam e criavam raízes com suas famílias. À medida que a família ia crescendo e os filhos se casando, procuravam outras áreas para se instalar, mas ainda adjuntos à família. Por esse motivo, o grau de parentesco dos moradores dos povoados da comunidade é muito próximo (INFORMAÇÃO VERBAL, 2018)<sup>2</sup>.

As famílias assentavam-se na região mais propícia à produção de alimentos, criação de animais e em que houvesse disponibilidade de água. Geralmente essas áreas eram próximas a rios ou veredas. A maioria dos alimentos necessários ao consumo era produzida pelas próprias famílias. Assim, o arroz era plantado nas veredas, o feijão nos quintais das casas ou nas vazantes. Também eram cultivados milho, mandioca, cana, banana, batata. As famílias também produziam farinha, rapadura e goma. Os animais, como porcos, bovinos e galinha eram criados soltos próximo às casas, e o peixe era pescado no rio. Na época da seca, o gado era levado a outras terras de uso comunitário dos moradores. Desse modo, os animais permaneciam nessas outras terras por algum tempo e depois eram buscados quando o pasto era restabelecido (INFORMAÇÃO VERBAL, 2018)<sup>1</sup>.

Mais recentemente, as terras de soltas de gado dessa região passaram a ser dominadas por grandes empresas reflorestadoras e de carvoejamento. As terras foram

---

<sup>2</sup> LOPES, José. Comunidade de Cabeceirinha. Januária/MG.2018

cercadas, os moradores perderam as áreas de uso comum e se viram rodeados por essas grandes empresas, que praticavam a exploração extensiva das terras e dos recursos. Com a restrição de espaço e de recursos para trabalhar e para viver, alguns membros das famílias viram-se obrigados a migrar. As principais localidades para as quais os moradores da comunidade costumam migrar são Belo Horizonte, São Paulo, Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha e Brasília (INFORMAÇÃO VERBAL, 2018)<sup>1</sup>.

Outra modificação que ocorreu na comunidade se refere ao fato de os moradores que permaneceram na região não conduzirem mais a lavoura como os primeiros moradores, conseqüentemente, a maior parte dos alimentos necessários ao consumo da família é adquirida na cidade. No campo, ainda são produzidos em pequena quantidade e variedade mandioca, milho, feijão e banana (INFORMAÇÃO VERBAL, 2018)<sup>3</sup>.

A coleta de frutos nativos é uma atividade que sempre foi praticada pelos moradores da comunidade. Os frutos nativos disponíveis na região são: pequi, coquinho azedo, cajuzinho ou cajuí, jatobá, buriti, cajuí, maracujá do mato, araticum; entre os frutos cultivados conta-se goiaba, manga, acerola, caju. Os moradores utilizam os frutos para alimentação, e mais recentemente através de um programa apoiado pela Cáritas, receberam capacitação para coletar esses frutos, além de adquirirem um local e equipamentos adequados para realizar o beneficiamento. Tudo isso, atrelado à disponibilidade de água e de espécies produtoras de nativos, revela que a comercialização desses frutos é uma importante saída de geração de renda para a maioria dos moradores dessa comunidade sem prejudicar a disponibilidade de recursos (INFORMAÇÃO VERBAL, 2018)<sup>1</sup>.

Um relato feito pelos moradores informa que, nos últimos anos, a partir de uma proibição do Instituto Estadual de Floresta (IEF) de colocar fogo nos gerais houve a diminuição na produção e no vigor das plantas. Ainda segundo os moradores, o fogo que era colocado de maneira controlada era necessário para combater pragas e melhorar a eficiência da produção e a qualidade dos solos. Nesse sentido, por causa da proibição, surgiram muitas pragas que prejudicam o desenvolvimento dos frutos (INFORMAÇÃO VERBAL, 2018)<sup>1</sup>.

---

<sup>3</sup> SANTOS, Valentim Barbosa. Comunidade de Cabeceirinha. Januária/MG. 2018

<sup>3</sup> LOPES, José. Comunidade de Cabeceirinha. Januária/MG.2018

<sup>3</sup> SANTOS, Valentim Barbosa. Comunidade de Cabeceirinha. Januária/MG. 2018

## **4.2 A Cáritas em Cabeceirinha**

A relação da Cáritas com a comunidade de Cabeceirinha ocorreu em grande parte por meio do projeto Nossa Terra Solidária, financiado pela KNH (Kindernothilfe), instituição alemã de apoio à criança e ao adolescente. Surgiu a partir de um diagnóstico desenvolvido pela Cáritas de Januária que apontou, no ano de 2002, vários problemas: desemprego, analfabetismo, exploração do trabalho infantil, ausência de políticas públicas e a falta de articulação entre as poucas iniciativas de mobilização na comunidade.

Como primeiras iniciativas o projeto promoveu a canalização da água para as residências da comunidade e a distribuição de energia elétrica para as famílias. O projeto também proporcionou a construção de um espaço comum a todos os moradores, o Centro Comunitário, que foi construído para abrigar as reuniões ou outras demandas da população.

A outra constatação do projeto foi a alta incidência de verminose e de desnutrição entre as crianças da comunidade, por esse motivo, banheiros foram instalados nas residências. Arelado a isso, as ações da Pastoral da Criança na comunidade foram fortalecidas. Dessa forma, mães e mulheres grávidas passaram a ter um acompanhamento para que pudessem aproveitar melhor os alimentos e prepará-los de forma mais saudável para que viessem a combater a desnutrição.

As famílias da comunidade já tinham costume do cultivo da mandioca e de seus derivados, e a partir do projeto foi construída na comunidade a casa de processamento da farinha. Os moradores tiveram a oportunidade de participar de oficinas de beneficiamento da mandioca e também da cana para produção de melaço e rapadura. Outro curso disponibilizado foi o de beneficiamento de frutos do cerrado e dos quintais, que até então eram pouco aproveitados. Paralelamente, foi construída e equipada uma unidade de beneficiamento desses frutos para que os moradores tivessem uma fonte alternativa de geração de renda.

Outras oficinas importantes foram oferecidas aos moradores, tais como, apicultura, hortas familiares, criação de galinhas caipiras, criação de peixes em tanques, criação de caprinos, fabricação de produtos de limpeza e confecção de peças íntimas, todas essas atividades tiveram o objetivo de proporcionar aos moradores de

Cabeceirinha novas oportunidades de geração de renda e de melhoria na qualidade de vida local.

A técnica da Cáritas Meirenalva Lisboa Reis apontou que as iniciativas do Projeto Nossa Terra Solidária trouxeram benefícios para a população de Cabeceirinha. Entretanto, muitas pessoas da comunidade não aproveitaram as oportunidades proporcionadas. Muitas instalações, maquinários, matérias primas e outros investimentos foram se perdendo ao longo dos anos ao fim do projeto. O principal legado deixado pelo projeto Nossa Terra Solidária seria a organização e mobilização da comunidade em torno de seus interesses. Após o projeto a comunidade passou a reconhecer sua importância dentro da sociedade, adquirindo uma consciência crítica, reivindicando suas pretensões frente ao poder público.

A Cáritas identificou potencial do agroextrativismo na comunidade de Cabeceirinha. Além da disponibilidade hídrica e da riqueza na variedade de frutos, houve a qualificação que os integrantes do grupo dos frutos do cerrado possuem por terem participado de vários cursos e capacitações.

Em relação aos entraves enfrentados pelo grupo na comercialização dos frutos, a principal dificuldade refere-se ao escoamento da produção, a distância e a dificuldade de acesso, são fatores que afetam profundamente a comercialização dos produtos. Outro obstáculo enfrentado pelo grupo é a falta de organização e mobilização de todos os participantes para terem iniciativa de buscarem superar essas dificuldades existentes e avançar para que haja um crescimento do grupo e conseqüentemente melhora na renda das famílias.

#### **4.3 Projeto Pandeiros**

Dentro da APA do rio Pandeiros, onde a comunidade de Cabeceirinha, objeto de estudo dessa pesquisa, está inserida, foi executado um importante projeto denominado Projeto Pandeiros que estimulava os moradores da APA a buscarem outras atividades para substituir a exploração do carvão vegetal de mata nativa. Este projeto foi uma iniciativa conduzida pelo IEF que tinha como objetivo acabar com o desmatamento dentro da APA do rio Pandeiros. O Projeto Pandeiros fez investimentos em pesquisas, aquisição de veículos, cursos de formação aos moradores, além da compra de materiais para iniciar as atividades de geração de renda.

O recurso que financiou o projeto foi arrecadado por meio de uma multa aplicada pelo IEF junto a Companhia de Energia de Minas Gerais no valor de R\$150.000,00. Naquela época a maioria dos agricultores tinha o carvoejamento como uma fonte de renda, dado que a venda do carvão era garantida aos atravessadores. Buscando acabar com a prática dessa atividade o IEF proporcionou a várias comunidades a oportunidade dos agricultores trabalharem com outras ocupações, que não causassem danos ao meio ambiente. Foram oferecidos cursos profissionalizantes para trabalhar com apicultura, caprinocultura, piscicultura e principalmente com o agroextrativismo.

De acordo com o técnico Walter Viana, o agroextrativismo era visto pelo IEF como a principal atividade que poderia substituir a “cultura do carvão”, por ser uma atividade que as pessoas já praticavam e que através da profissionalização da mesma poderiam ter a oportunidade de gerar renda. O Projeto Pandeiros teve sua atuação em 25 comunidades e teve duração entre os anos de 2002 a 2010. No entanto, essa duração não foi suficiente para que todos esses objetivos fossem alcançados. Quando o projeto teve fim as comunidades ainda não possuíam a organização e mobilização necessária para que a atividade alcançasse o êxito esperado.

Sobre o agroextrativismo, o técnico do IEF Walter Viana reafirmou o enorme potencial produtivo que a região apresenta, além disso ressaltou a importante atuação do Projeto Nossa Terra Solidária e do Projeto Pandeiros no incentivo e capacitação para o trabalho com o agroextrativismo. No entanto, o principal entrave que a atividade encontra na região é cultural: a população da região da APA Pandeiros não possui aptidão para a produção agroextrativista, isso porque não tem arraigado em seus costumes a atividade de venda de frutos do cerrado.

Outro problema avaliado pelo IEF é a dificuldade de administrar os empreendimentos por parte dos agricultores. Os agricultores têm facilidade na produção, entretanto, quando se trata em administrar e empreender para que os negócios prosperem encontram muitas dificuldades. Essas dificuldades impedem que a maneira de comercializar seja regular para agricultores familiares e suas organizações.

De acordo com Kolbe Wombral, gestor do Projeto Pandeiros entre os anos de 2008 a 2010, houve dificuldade para o IEF mobilizar a população a trocar as atividades



de carvoejamento por outras oportunidades de geração de renda. Ele destaca que a imagem que os moradores da região tinham do IEF era apenas de um órgão fiscalizador, dessa maneira havia muita resistência em aceitar vincularem-se aos trabalhos do IEF.

Também de acordo com KolbeWombrala duração das iniciativas do Projeto Pandeiros naquela região não foi suficiente para conseguir alcançar todos os resultados almejados. A curta duração do projeto trouxe seu descrédito com a população das comunidades participantes do projeto. Se o projeto prosseguisse por mais tempo os resultados conquistados poderiam ser maiores.

A avaliação do Projeto Pandeiros assim como do Projeto Nossa Terra Solidária feita pelos técnicos que trabalharam levam a uma mesma conclusão. O ato de propor novas perspectivas produtivas aos agricultores de comunidades tradicionais está sujeito a grandes chances de não ser aceito. Agricultores tradicionais possuem um modo de vida específico que não é modificado com facilidade. É importante levar em conta essa especificidade ao formular projetos a serem executados para que todos os objetivos sejam alcançados com sucesso.

#### **4.4 Agroextrativismo em Januária**

O município de Januária possui uma grande atividade de produção agroextrativista, porque se localiza em uma região muito rica tratando-se da disponibilidade e variedade de frutos nativos. Os gerais do Alto Médio São Francisco onde se localiza o município, foi descrito por Ribeiro (2014) como uma região formada por grandes chapadas, veredas e brejos, na qual a população vive adaptada as condições climáticas locais.

Dados do IBGE mostram as atividades agroextrativistas realizadas pela população. Os números revelam a quantidade de produtos do agroextrativismo coletada no município de Januária entre os anos de 2000 a 2017. De acordo com esses números o extrativismo no município de Januária é representado basicamente por extração de lenha; entre os frutos nativos destaca-se o umbu, sendo coletado em quantidades expressivas, chegando a 100 toneladas coletadas no ano de 2010. A coleta da mangaba também se mostrou importante entre os anos de 2000 a 2009 com a quantidade de 2 toneladas por ano. O pequi só aparece nas estatísticas do IBGE no ano de 2014. Plantas

de uso medicinal como angico e barbatimão foram coletadas expressivamente até o ano de 2003. A tabela abaixo mostra os números

Quantidade produzida por ano e por tipo de produto do extrativo em Januária, de 2000 a 2017																			
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Fruto																			
Mangaba (fruto) Toneladas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pequi (fruto) Toneladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	22	25	24	
Umbu (fruto) Toneladas	12	13	12	13	13	13	13	13	43	45	100	0	2	2	2	2	3	2	
Carvão vegetal Toneladas	1230	501	628	554	890	616	622	623	623	649	113	250	541	440	0	44	452	0	
Lenha Metros cúbicos	20000	20000	25000	27800	28600	11554	11581	12010	12103	12730	889	3022	5326	4390	4000	2271	2531	6800	
Angico (casca) Toneladas	7	7	7	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Barbatimão (casca) Toneladas	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura- 2017

Essa expressiva extração do pequi a partir de 2014 ilustra um importante cenário na comercialização de frutos do agroextrativismo. A venda desses frutos vem se tornando uma importante fonte de renda para as famílias de muitos agricultores e agricultoras. O que antes era utilizado apenas para consumo das famílias passou a movimentar um mercado promissor que cresce ano a ano.

#### 4.5 Iniciativas de comercialização de Januária

São diversas as atividades agroextrativistas de Januária. Algumas delas são descritas a seguir.

##### 4.5.1 Comunidade Sambaíba

A comunidade de Sambaíba, localizada na sub bacia do Rio dos Cochós, trabalha com agroextrativismo desde 2005. A Associação dos usuários da sub-bacia do Rio dos Cochós (ASSUSBAC) é formada por vinte pessoas principalmente mulheres. A ASSUSBAC trabalha principalmente com polpa e castanha de pequi, polpas de manga, coquinho, umbu e acerola. O entrevistado representante da comunidade Sambaíba foi

Jaci Borges que é presidente da associação da comunidade. Jaci destacou a importância do pequi, que é o fruto que mais movimentava o mercado local. Os produtos comercializados pela ASSUSBAC são vendidos principalmente para a cooperativa Grande Sertão de Montes Claros, a própria comunidade também faz a aquisição dos produtos da associação.

Os principais desafios enfrentados pela ASSUSBAC na comercialização dos produtos do agroextrativismo são a falta do capital de giro que assegure a continuidade da produção, necessidade de maior mobilização dos participantes no engajamento das atividades do grupo, problemas com a falta de água que é necessária na produção.

#### **4.5.2 Comunidade Água Doce**

Na comunidade de Água Doce, segundo senhor Santino Lopes Araújo, a agroindústria produz além da polpa de pequi, coquinho, maracujá do mato, doces, óleos, compotas e sorvetes. O principal comprador dos produtos da comunidade é a cooperativa Grande Sertão. Outros canais que a comunidade comercializa seus produtos são na própria comunidade, na cidade de Januária, e em uma loja em Belo Horizonte.

Senhor Santino Lopes Araújo destacou a importância do agroextrativismo para conservar os recursos disponíveis na natureza. Ele contou que a carvoaria é uma atividade muito comum na região, e que substituí-la pelo agroextrativismo é uma excelente alternativa, para que ao invés de derrubar os gerais, os agricultores passem a manter sua conservação e coletar os frutos para que tenham uma atividade rentável a suas famílias. Há também importância da conscientização da comunidade para conservar as fontes de água e os recursos da natureza.

O principal entrave na comercialização dos produtos do agroextrativismo em Água Doce é o pagamento ao agricultor, tendo em vista que a coleta de frutos é um trabalho que demanda esforço e tempo dos agricultores e receber a vista pelo trabalho motiva os agricultores a continuarem exercendo essa atividade. O agricultor coleta os frutos, e espera que o pagamento pelo seu serviço seja feito de forma imediata, o que muitas vezes não ocorre. Na maioria das vezes a produção fica estocada até que haja o comprador que pague por ela. Essa espera entre a coleta e o recebimento do pagamento faz com que muitos agricultores sintam-se desanimados em realizar as atividades agroextrativistas. Para tentar resolver esse problema, o senhor Santino Lopes Araújo usa

dinheiro de suas próprias economias para comprar os produtos dos moradores para incentivá-los a continuar com o trabalho de coleta dos frutos para conservação, e para mostrar para a comunidade o seu potencial de produção.

Para senhor Santino Lopes Araújo existem três pontos que são os principais entraves na comercialização de frutos do agroextrativismo. Capital de giro, que é necessidade de pagamento à vista pelos produtos coletados. Formação de estoque, que é a junção de grandes quantidades de frutos coletados para suprir as exigências da demanda do mercado. Poucas pessoas têm o interesse em organizar-se para que a quantidade da produção atinja os valores que os grandes mercados demandam. E por último a gestão.

### **6.5.3 Comunidade Pandeiros**

Na comunidade Pandeiros os entrevistados senhor André Santos Sousa e senhor Antonio Reis Guerra e falaram da importância de atividades como o agroextrativismo, isso porque a partir da década de 1980 grandes empresas de produção de carvão foram estabelecidas na região e estimulavam os moradores a desmatar os gerais. Com o incentivo das empresas a carvoaria passou a ser uma atividade muito comum na região, e conseqüentemente o desmatamento aumentava. Com a chegada do Instituto Estadual de Floresta (IEF) essa atividade passou a ser fiscalizada e banida.

A cooperativa da comunidade Pandeiros foi criada a partir do Projeto Pandeiros, que executou na comunidade várias atividades de incentivo a geração de renda das famílias. Criações de animais, apicultura, além do beneficiamento dos frutos do cerrado foram alguns dos cursos ofertados para a comunidade através do Projeto Pandeiros. Após a participação nas capacitações a comunidade conseguiu por meio de uma emenda parlamentar os equipamentos necessários para o funcionamento da agroindústria de beneficiamento de frutos do cerrado.

No início dos trabalhos da cooperativa os sócios somavam 132 pessoas, em 2018 eram 16 pessoas que participavam ativamente das atividades da COPAE, que tem como carro chefe o beneficiamento do pequi. Além disso, trabalha com coquinho, cajuí, umbu, cagaita, manga, jenipapo, acerola e jatobá. A cooperativa produz polpa, doces, compotas, bombons, licores e geléias.

O principal mercado que adquire os produtos da comunidade Pandeiros é a escola de Brejo do Amparo, distrito de Januária, através do PNAE. Além desse mercado, também comercializa em feiras regionais, em eventos e na própria comunidade. Os associados falaram da dificuldade burocrática existente no PNAE, que muitas vezes dificulta o acesso dos agricultores a esse mercado institucional. Em algumas ocasiões nas chamadas públicas feitas pelas escolas são demandados produtos que não são produzidos na região, e isso desmotiva os agricultores a fazerem a coleta dos frutos para comercializar.

Também há dificuldade de vender os produtos da cooperativa no comércio do município de Januária devido à falta de certificação. Todos os comerciantes exigem o certificado dado pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) para comprar gênero alimentício. A cooperativa da comunidade Pandeiros está buscando fazer essa regularização, mas ainda não obteve êxito com os tramites formais. Outra alternativa de venda dos produtos seria na feira livre semanal em Januária, mas o valor arrecadado com as vendas na feira é menor que o valor gasto para levar os produtos até a cidade, por esse motivo esse canal não compensaria.

#### **4.5.4 Comunidade Peruaçu**

A cooperativa da comunidade Peruaçu (COPERUAÇU) teve início em 2006, atualmente é composta por sessenta pessoas sendo que a maioria são mulheres. A unidade de beneficiamento da COPERUAÇU foi construída por meio de recursos financiados pela World WideFund for Nature (WWF). Os participantes das atividades agroextrativistas fizeram vários cursos e capacitações, além de participação em feiras, encontros e eventos internacionais. Foi através de uma feira na Itália que os agricultores da COPERUAÇU fizeram contato com uma rede de restaurantes brasileira, e a partir daí passaram a fornecer farinha de jatobá. A cooperativa chega a vender por ano 7 toneladas de farinha de jatobá pronta para o consumo para os restaurantes dessa rede.

A COPERUAÇU também comercializa seus produtos em uma loja em Belo Horizonte, para a Grande Sertão em Montes Claros e em feiras e eventos regionais e nacionais. Considera-se que o principal entrave da comercialização de produtos do agroextrativismo é manter a organização e a motivação dos agricultores na atividade. Muitas vezes os agricultores deixam de trabalhar com produtos do agroextrativismo por falta de motivação, porque não receberam o pagamento pelo trabalho executado. Essa

demora ocorre muitas vezes por falta de organização das pessoas que coordenam o grupo, isso porque na maioria das vezes os agricultores que estão na coordenação dos grupos não possuem experiência com administração e planejamento, e essa inexperiência dificulta a otimização do trabalho e o aumento dos ganhos dos trabalhadores agroextrativistas.

#### **4.5.5 Comunidade Agreste**

O grupo que trabalha com agroextrativismo na Comunidade Agreste é composto por 11 mulheres. A produção do grupo se baseia em polpas, geléias, doces, compotas, sorvetes e sucos engarrafados de frutos do cerrado, e é produzida de acordo com a demanda. É através da demanda do mercado que as mulheres se reúnem para coletar e para beneficiar os produtos.

A associação adquiriu três cotas na cooperativa de Pandeiros COPAE, por esse motivo, assim puderam ter acesso a equipamentos agroindustriais que não estavam sendo utilizados na COOPAE. Os equipamentos adquiridos foram: despoldadeira, panelas, fogão, bancada em aço e quatro congeladores. Além da aquisição desses equipamentos, o principal motivo do investimento da associação da comunidade Agreste em cotas na COOPAE foi a procura de maior facilidade na comercialização dos seus produtos, o que não aconteceu.

A maior parte do recurso investido no trabalho do agroextrativismo na comunidade Agreste foi disponibilizada por meio de emendas parlamentares. A associação também fez investimentos, através de recursos dos próprios associados.

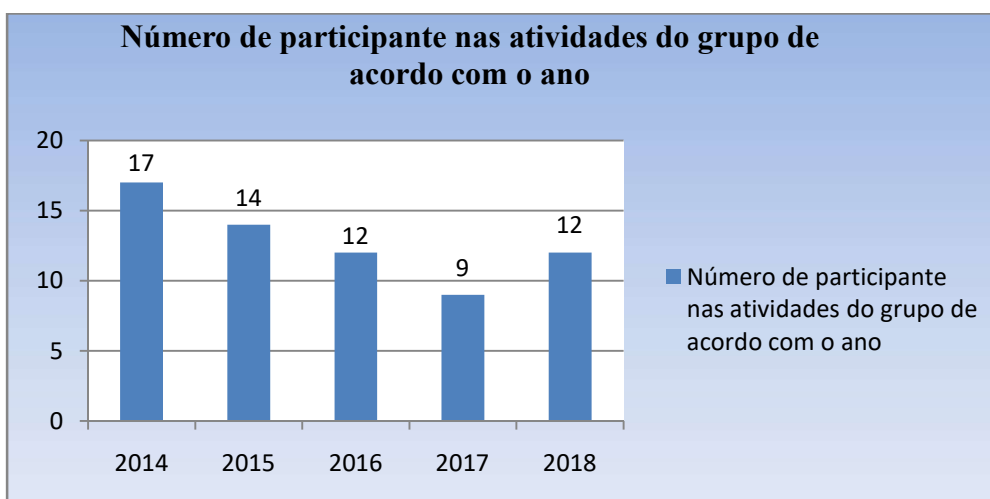
A venda dos produtos é feita na própria comunidade, em alguns pontos na cidade de Januária (restaurante Babalu, Centro do Artesanato). O produto comercializado no Centro do Artesanato é colocado de forma consignada para venda; do total de vendas três por cento é pago ao Centro e o restante é dividido igualmente entre o grupo.

Como avanços principais destacam-se o maior empoderamento das mulheres e a independência alcançada pelas mesmas. Depois de começar a trabalhar com agroextrativismo muitas mulheres puderam comprar motos, bicicletas e outros bens com o seu próprio dinheiro. Outra melhora foi o aproveitamento dos frutos que antes eram jogados fora.

Entre as dificuldades encontradas a certificação e normatização dos produtos é um motivo que limita muito o acesso dos produtos no mercado. Outro entrave é o escoamento da produção. O grupo agroextrativista da comunidade agreste já recebeu propostas de vendas dos produtos em Belo Horizonte, no entanto não conseguiu viabilizar uma logística de transporte que fizesse a entrega dos produtos.

#### 4.6 Grupo dos frutos do cerrado – Comunidade de Cabeceirinha

O grupo em 2018 era formado por 12 pessoas, 10 mulheres e 2 homens. O número de pessoas que participavam dos trabalhos realizados pelo grupo varia de ano a ano. O gráfico abaixo mostra a relação entre participantes das atividades de acordo com o ano.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Em média 35 moradores participaram das primeiras capacitações e cursos de beneficiamento de frutos do cerrado oferecidos pela Cooperativa Grande Sertão. Do início das atividades no ano de 2011 até o ano de 2017 esse número só diminuiu. Muitas pessoas desmotivaram-se e saíram do grupo até restarem somente 9 participantes. No período da safra de cada fruto ou quando há demanda de compradores, é realizada uma reunião para que seja decidido quando e de qual maneira os trabalhos de coleta e processamento serão conduzidos. As reuniões são realizadas após a missa na comunidade, momento esse que todos os participantes encontram-se reunidos.

O grupo se dividia em duas equipes, e cada uma das equipes realizava os trabalhos em dias diferentes. As atividades são realizadas de acordo com a vocação de

cada ,pessoa do grupo. Há pessoas que preferem coletar, outras se consideram melhores no despulpamento, outras trabalham na sanitização dos frutos, outras na limpeza da unidade de beneficiamento. Esse interesse particular de cada integrante foi identificado quando fizeram as capacitações para formação do grupo.

Dentro da divisão de tarefas do grupo há aquelas que são responsáveis pela contabilidade da produção e do controle das vendas. Tudo o que entra e o que sai é anotado em cadernetas para que tenham um controle do trabalho. Após a venda dos produtos, o dinheiro arrecadado é dividido entre as pessoas que trabalharam proporcionalmente aos dias trabalhados por cada um.

É importante ressaltar que todos do grupo sempre coletaram frutos da natureza, mesmo antes de participarem dos cursos de aperfeiçoamento os frutos do cerrado já eram coletados para consumo próprio e também da família. O viajante Saint-Hilaire (1938) ao passar pela região descreve a utilização de vários frutos como buriti, cagaita, jenipapo, pitomba, araçá, murici entre outros, reforça a concepção de que esses frutos sempre foram coletados na natureza pelos moradores da região. Também evidencia que o consumo desses alimentos garante a soberania alimentar daquela população.

Quando os trabalhos no Grupo dos Frutos do Cerrado acontecem, todos os participantes deixam seus afazeres cotidianos. O trabalho com a casa, com a roça, com os animais ou outro afazer é deixado de lado para que haja uma dedicação exclusiva ao agroextrativismo. Normalmente, por ano, de três a quatro semanas de trabalho são ocupadas pelas atividades de coleta, beneficiamento e comercialização dos frutos do cerrado.

A coleta dos frutos é realizada nos próprios terrenos dos participantes do grupo ou em terrenos de amigos e familiares. Os principais frutos coletados e beneficiados pelo Grupo de Frutos do Cerrado são: coquinho azedo, cajuzinho, pequi e manga. Cada tipo de fruto coletado tem incidência em áreas diferentes, por esse motivo na época de coleta o integrante responsável por essa atividade precisa deslocar-se por longas distâncias por várias vezes, já que o transporte dos frutos coletados até a unidade de beneficiamento é feito com carroça.



O pequi e o cajuzinho são coletados no cerrado, o coquinho é encontrado na margem do rio e a manga é coletada nos quintais das casas. Para coletar o coquinho azedo é necessário o uso de facão, a coleta dos demais frutos é feita manualmente.

A quantidade média de produção anual é de 1.400 quilos de produtos. Esse número só não é maior porque os dois congeladores que armazenam os frutos ficam cheios e nem sempre há compradores imediatos para que os produtos sejam levados, e os congeladores esvaziados para serem abastecidos novamente.

A potencialidade de produção é muito maior que o total beneficiado, isso por que sobram muitos frutos que não são coletados devido à falta de espaço. Segundo um dos entrevistados o grupo não coleta nem um quarto dos frutos disponíveis.

Os frutos de pequi coletados ao chegarem à unidade de beneficiamento são separados, os de qualidade são aproveitados e os que não estão aptos ao consumo são descartados. Após a separação é feita uma lavagem simples com água, e depois são colocados dentro de uma solução de água e cloro a 10%. Após a higienização é feito o despulpamento dos frutos; as polpas são cozidas por 20 minutos e depois ensacadas a vácuo em sacos de 5 quilos. Para processar os frutos o uso da água é muito grande, a água utilizada vem do rio e deve passar por um tratamento especial ainda na caixa.

O quilo da polpa do pequi é vendido a R\$ 9,00, mas o grupo também vende os frutos inteiros congelados por um valor mais baixo. A precificação dos produtos é feita de acordo com os valores do mercado e também através de um consenso entre quem compra e o grupo.

A maioria da produção do grupo é vendida para a Cooperativa Grande Sertão, de sede em Montes Claros. Às vezes os moradores levam um ou dois sacos de 5 quilos para vender em Januária, mas a grande maioria dos produtos sai apenas para a Cooperativa Grande Sertão. Todos os anos na época da safra o técnico da cooperativa de Montes Claros procura o grupo para comprar os frutos, mas o fruto com venda garantida é o coquinho.

A Cooperativa Grande Sertão ministrou capacitações aos agricultores de Cabeceirinha no início da formação do grupo que trabalha com os frutos do cerrado. A primeira relação da Cooperativa com a comunidade de Cabeceirinha foi através de uma parceria com a Cáritas no ano de 2011. Foram feitas capacitações de boas práticas no

manejo de frutos do cerrado, potencialidades do agroextrativismo, administração do grupo, produção de polpas, produção de doces com o grupo agroextrativista. Em torno de 30 pessoas participaram das capacitações, e através delas foi identificado o grande potencial da comunidade em relação a disponibilidade e variedade de frutos, e também de disponibilidade de mão de obra para trabalhar com o agroextrativismo.

Logo após a capacitação, a Cáritas juntamente com a Cooperativa enviou um projeto para o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais, para completar a estruturação da fábrica que já havia na comunidade. Foram adquiridos através do projeto equipamentos como despulpadeira, panelas, liquidificadores, e alguns outros materiais necessários para a produção de polpas. Através desse projeto também foram feitas adequações como pintura, cercamento, colocação de azulejos nas paredes. Todas essas melhorias foram para que a fábrica da comunidade de Cabeceirinha alcançasse os padrões necessários para vender seus produtos a Cooperativa Grande Sertão.

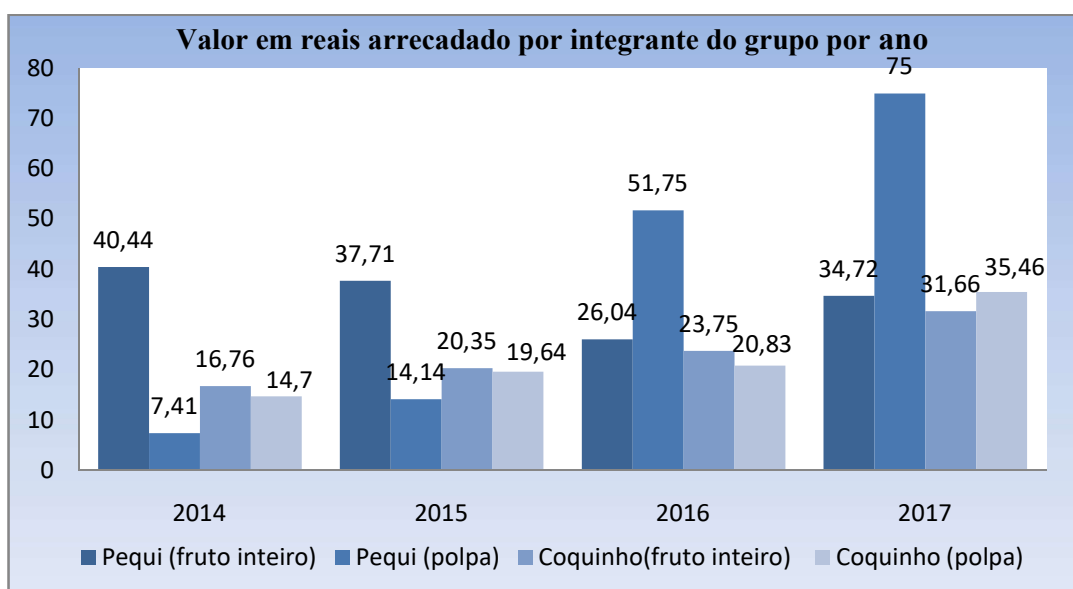
No ano de 2012 iniciaram-se as atividades de venda dos produtos do agroextrativismo da comunidade de Cabeceirinha para a Cooperativa Grande Sertão, principalmente do coquinho azedo e da polpa do pequi. Desde então todos os anos a cooperativa vem adquirindo os produtos de Cabeceirinha. A entrega dos produtos acontece anualmente. Os participantes do grupo agroextrativista reúnem toda a colheita da comunidade, fazem o pré beneficiamento dos produtos e um morador da comunidade faz a entrega para a Cooperativa Grande Sertão em Januária. Durante a safra dos frutos essas entregas são feitas semanalmente.

A cooperativa compra na região da APA Pandeiros em média 3 a 4 toneladas de frutos pré processados ao ano. No município de Januária essa quantidade chega a 7 toneladas de frutos como pequi, coquinho azedo e cajuí. A Cooperativa avalia que o potencial de produção é muito maior do que a quantidade que é entregue, no entanto, a dificuldade de acesso é a principal dificuldade para comercialização dos frutos. Uma estratégia para minimizar esse impacto da dificuldade do acesso é a melhora na logística para escoamento da produção. Segundo a Cooperativa, se houvesse uma maior organização das comunidades para levar os produtos até Januária a potencialidade de comercialização aumentaria significativamente.

Na comunidade de Cabeceirinha grande parte dos moradores vive com o auxílio da aposentadoria ou de programas de transferência de renda. A comunidade não possui

muitas áreas para produção agrícola, criação de animais ou condução de lavoura. A principal atividade produtiva adaptada na comunidade é a produção de farinha de mandioca. A comunidade possui a casa de farinha onde alguns moradores reúnem-se para produzir, e a produção é vendida na própria comunidade ou para as comunidades vizinhas.

O agroextrativismo surgiu na comunidade como alternativa para gerar renda para as famílias. A renda do trabalho do agroextrativismo por ano por participante do grupo é em média R\$116,00, mas essa renda poderia ser muito maior tendo em vista o potencial produtivo da região. O gráfico abaixo mostra o valor médio arrecadado por ano por integrante do grupo. Ao analisar o gráfico nota-se a crescente evolução dos ganhos dos integrantes do grupo ano a ano. Também é relevante o aumento nos ganhos quando se analisa cada fruto individualmente. A polpa de pequi no ano de 2014, por exemplo, gerava uma renda de R\$7,41 para cada participante do grupo, no ano de 2017 esse valor cresceu expressivamente chegando a R\$75,00 por pessoa.



Fonte: Pesquisa de campo 2018

#### 4.7 Entraves

As principais iniciativas de coleta e processamento de Januária foram Sambaíba (Rio dos Cochos), Coperuaçu (Peruaçu) e Copae (Pandeiros). Esses três pólos comercializam seus produtos de forma organizada. Fora dessas organizações, as outras

comunidades na maioria das vezes comercializam seus produtos na feira ou através de atravessadores. Dessa maneira, conclui-se que o acesso ao mercado pelos frutos dos Gerais em Januária se materializa em dois canais: a dos grupos organizados, quando a comunidade se organiza de forma produtiva e comercializa em mercados variados; e outra por meio de vendas diretas ou por meio de atravessadores para abastecimento da cidade de Januária, nas feiras ou em bancas na rua. Dentro desses mercados, os canais de comercialização que mais absorvem os produtos do agroextrativismo do município de Januária são a Cooperativa Grande Sertão de Montes Claros, a feira livre da cidade e os eventos que ocorrem ocasionalmente.

Os desafios em comercializar produtos do agroextrativismo em Januária são comuns a todas as iniciativas, desde aqueles grupos organizados que estão iniciando suas atividades até as cooperativas organizadas há mais tempo. Um dos principais desafios é a continuidade de oferta dos produtos. Isso porque os produtos gerados pelo agroextrativismo são sazonais. Dessa maneira, para dar continuidade ao abastecimento dos mercados é necessário que os grupos organizem-se com o objetivo de pensar estratégias de maneira que a produção seja unificada, e assim conseguir manter constância no fornecimento de produtos ao mercado.

Outra dificuldade encontrada é o estigma de que trabalhar com agroextrativismo está relacionado com a situação de pobreza extrema. Existe uma concepção de que aquele sujeito que coleta produtos da natureza para vender está assumindo que não consegue sustentar sua família com seu próprio trabalho. Essa concepção faz com que haja uma enorme dificuldade de envolver e animar as pessoas para trabalharem com o agroextrativismo.

Essa idéia vem sendo mudada, já que um fruto oriundo do agroextrativismo tem em seu valor agregado muito mais que o sabor, tem sobre ele a perspectiva de valorização do Cerrado, conservação da natureza, valorização da soberania alimentar. Além disso, trabalhar com agroextrativismo exige muita dedicação e esforço por parte do trabalhador. O conceito de que é o preguiçoso ou quem não tem ocupação que extrai vem diminuindo, mas ainda está muito distante do ideal. Dizem os extrativistas que é muito mais fácil cultivar e colher uma lavoura de milho no quintal do que percorrer grandes áreas de cerrado para coletar pequi. De acordo com Jacy Borges:

Se a gente chega numa comunidade em que não se perde pequi, não se perde cagaita, não se perde umbu, quer dizer que ali tem gente trabalhadora. Gente que luta, que trabalha.

Todo o ciclo produtivo do agroextrativismo englobando coleta, beneficiamento e venda, demanda muito mais trabalho que algumas práticas agrícolas comuns. O individualismo, a falta de organização, distância, comodismo também foram desafios elencados pelos agroextrativistas. O reconhecimento desse trabalho e o desaparecimento dos entraves no ciclo produtivo dependem dos resultados alcançados pelos grupos organizados de produção agroextrativista, isso porque, quando o setor agroextrativista gera frutos e benefícios, a população passa a ver a atividade por outra perspectiva.

Cabeceirinha, por exemplo, fica a 120 quilômetros da cidade de Januária. A estrada que dá acesso à comunidade não está em boas condições. Saindo de Januária até chegar à comunidade existem grandes trechos de areia, e nem todos os veículos conseguem fazer o percurso sem sofrer algum dano. O escoamento da produção é a principal dificuldade citada pelos agroextrativistas. A distância e as condições da estrada fazer com que os produtos cheguem a seu destino final é o mais relevante dos entraves citados.

Mas uma experiência pioneira de agricultores familiares que comercializa em todo o Brasil e também exporta para vários países, contradiz esse pensamento de que a distância e o acesso impedem a comercialização de produtos da agricultura familiar. O Projeto Reça localiza-se no estado de Roraima, em um distrito de Porto Velho chamado Nova Califórnia. Apesar da distância de 346 quilômetros da capital e de 2.984 quilômetros do município de São Paulo a Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA comercializa polpa de açaí, polpa de cupuaçu, semente de pupunha e palmito para vários estados do país e também exporta para Itália, Alemanha e Estados Unidos (CARVALHO, 2011).

O outro entrave citado pelos entrevistados que dificulta a comercialização dos itens produzidos pelos grupos dos frutos do cerrado é a certificação dos produtos. A dificuldade de obter registro junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) foi citada pelas iniciativas de Januária que comercializam produtos do agroextrativismo. A única iniciativa que possui a certificação conforme as normas e vende para mercados que exigem essa documentação é a Cooperativa de Peruaçu.

Em relação à questão da normatização das agroindústrias familiares as principais dificuldades referem-se as leis de adequações sanitárias. Um avanço importante foi feito por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A agência promoveu a simplificação e a desburocratização nos procedimentos para certificação das agroindústrias através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 49/2013, com o objetivo de incentivar a formalização dos empreendimentos com as normas de segurança sanitária, concomitantemente respeitando os costumes, hábitos, conhecimentos e cultura dos povos do campo (PREZOTTO, 2016)

Uma terceira dificuldade citada pelos participantes do grupo entrevistados foi a falta de mercado consumidor. Segundo eles a maioria da produção fica muito tempo no congelador esperando compradores, e quando não aparecem os compradores os frutos precisam ser divididos entre os moradores da comunidade para não perderem a validade.

De acordo com a Cooperativa Grande Sertão, que é a principal compradora dos produtos de Cabeceirinha, há interesse em comprar toda a produção agroextrativista da comunidade. O que ocorre para que a compra de toda a produção não ser efetiva é a dificuldade de acesso a comunidade para escoar a produção. Segundo a Cooperativa, se houvesse uma organização da comunidade para levar a produção até Januária ou até Água Doce, que é uma comunidade relativamente próxima, a quantidade de produtos comprados seria muito maior.

A falta de motivação dos participantes também é uma questão crucial que interfere no sucesso do grupo. Grande parte dos participantes que ingressaram já desistiu das atividades agroextrativistas e não participa mais do grupo. Essa falta de mobilização está ligada não só as diversas dificuldades encontradas na comercialização dos produtos, mas também a questões culturais que ultrapassam as questões produtivas e comerciais. Por ser uma atividade trabalhosa que demanda tempo e esforço para ser feita alguns participantes sentem-se desanimados a coletarem e processarem os frutos sem que haja a garantia da venda.

#### **4.8 Outros canais de comercialização em Januária**

Existem ainda outros canais de comercialização de produtos do agroextrativismo no município de Januária. Na cidade foram indicados três locais que adquiriam os

produtos da comunidade Água Doce, um restaurante e duas lanchonetes. Mas os únicos produtos adquiridos da comunidade Água Doce por esses estabelecimentos eram os doces e compotas, principalmente a compota de cajuí e o doce de leite. O restaurante não adquire polpas de frutas por não saber a procedência, ressaltou que prefere comprar os frutos inteiros na feira livre e preparar as polpas.

Ao visitar a feira livre de Januária percebeu-se que os frutos do agroextrativismo apareciam apenas como complemento de produtos principais em algumas poucas bancas. Não existiam bancas que comercializam especificamente frutos do agroextrativismo em exclusividade, embora deva ser feita a ressalva que este levantamento foi feito fora da época de safra dos frutos. Também foi realizada visita ao mercado central do município; lá foram encontradas três bancas que possuíam alguns artigos produzidos com frutos do agroextrativismo como doce de buriti, óleo de coco macaúba, e polpa de pequi em conserva. Todos os mercadantes responderam que compram tais produtos com alguns agricultores específicos, mas não informaram a qual comunidade esses agricultores pertenciam. Também informaram que as compras desses produtos são feitas esporadicamente e em pouca quantidade, não são todas as vezes que os agricultores trazem os produtos que eles fazem a compra.

## **5 Considerações finais**

Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise a respeito do cenário de comercialização dos produtos do agroextrativismo no município de Januária, Norte de Minas Gerais. O agroextrativismo é uma atividade que constitui práticas sustentáveis com baixo impacto ao meio ambiente, e alto valor social. As famílias que trabalham com agroextrativismo encontram na atividade uma oportunidade de gerar uma renda extra além das atividades agrícolas convencionais.

A atividade agroextrativista possui um enorme potencial na área pesquisada, isso porque a disponibilidade de recursos naturais é muito grande. Durante o percurso desta pesquisa, fora da safra, foi observado que todas as iniciativas de comercialização de frutos dos gerais estavam com o depósito cheio, e ainda tinham possibilidade para uma produção ainda maior. O que se observou foi que as principais dificuldades enfrentadas

pouco têm a ver com os ciclos produtivos, dada a grande potencialidade da região. Elas estão ligadas primordialmente ao escoamento e a venda desses produtos.

Os entraves citados tanto na comunidade de Cabeceirinha quanto nas outras comunidades pesquisadas foram semelhantes entre si. Grande parte das iniciativas pesquisadas citou problemas com as estradas e o escoamento da produção como dificuldade para vender os produtos. Outro obstáculo citado foi a falta de animação e mobilização dos agricultores em relação à atividade, isso porque na maioria das vezes o pagamento pelos produtos não é feito no mesmo dia da coleta, é necessário esperar meses até que a venda e o pagamento sejam feitos, essa questão desmotiva os agricultores e faz com que eles prefiram dedicar-se a outras atividades em detrimento do agroextrativismo. A próxima dificuldade citada pelos entrevistados foi necessidade obtenção de certificados para acesso a mercados específicos como supermercados, mercados entre outros. A existência de um mercado consumidor fixo, que realizasse o pagamento a vista pela entrega de produtos, seria um grande impulsionador para despertar nesses agricultores o interesse e a mobilização para exercerem as atividades agroextrativistas na região pesquisada.

Em relação ao desempenho frente ao mercado, cada iniciativa comporta-se de maneira diferente, cada grupo tem a sua própria forma de executar as iniciativas de produção e comercialização dos produtos. Alguns têm seus trabalhos focados na produção de doces como é o caso de Agreste, outros em produção de polpas como em Cabeceirinha. Na comercialização essa diferenciação também acontece, e algumas iniciativas concentram suas vendas no comércio de Januária, outras vendem para fora do município, outras para programas públicos. O que é igual para todas as iniciativas é o trabalho dispensado necessário para realizar as atividades de coleta, processamento e comercialização dos produtos. Vale ressaltar que essas atividades demandam tempo e muito esforço de todos.

O agroextrativismo mostra-se no município de Januária uma atividade com um enorme potencial, mas ainda são necessárias políticas de apoio e assistência a esses grupos de pessoas que estão dispostas a trabalhar, mas que precisam que esse trabalho seja reconhecido e recompensado.



## 6 REFERÊNCIAS

- AFONSO, Sandra Regina. A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense). 2012. xiv, 162 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Florestais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ANTUNES, F.Z. Caracterização climática. **Informe Agropecuário**, v. 17, n. 181, p. 15-19, 1994.
- BISPO, T.W.; DINIZ, J.D.A.S. Caracterização dos canais de distribuição de uma cooperativa de extrativistas do Cerrado. In: **Anais...** LI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Belém – PA, 2014.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, Colher, Comer**. Rio de Janeiro, Editora Grall, 1981. Saber de classe e educação popular. In: BRANDÃO, C.R. **O ardil da ordem**. Campinas, Papirus, 1986.
- BRAZ, B. **São Francisco nos Caminhos da História**. São Francisco: Lemi, 1977.
- CÁRITAS Brasileira Regional Minas Gerais. Revista Nossa Terra Solidária. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <>. Acesso em XX de XXXX de 201X.
- CARVALHO, A.A. **Entre mata e gerais**. Dissertação— Universidade Federal de Minas Gerais, ICA/UFMG, 2012.
- CARVALHO, L. A. Projeto 'RECA' - Um modelo de organização econômica e social ambientalmente sustentável na Amazônia Sul-Occidental. In: **Anais...** IX Congresso Brasileiro de História Econômica e X Conferência Internacional de História de Empresas, Curitiba-PR, 2011.
- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, 2012.
- CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2009.
- CEPAL-FAO-IICA. Fomento de circuitos cortos como alternativa para lapromoción de la agricultura familiar. **BoletínCEPAL-FAO-IICA**, 2014.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de launidad económica campesina**. 1ªed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.
- COZZOLINO, L.F.F. et al. Unidades de Conservação e desenvolvimento local: as APAs do Rio de Janeiro e seus processos de governança local. In: **Anais...**I Congresso

Acadêmico sobre Meio Ambiente do Rio de Janeiro (CADMARJ), Rio de Janeiro, 2004.

D'ANGELIS, J.; CARRAZZA, L.; AFONSO, S. O agroextrativismo do Cerrado em perspectiva. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 137-158, set/dez, 2014.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: Ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, 10(2), 8-13, 2013.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012.

DELGADO, G.C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil - 1965-1985**. São Paulo: INCONE/UNICAMP, 1985.

DEL GROSSI, M. E. e MARQUES, V. P. M. A. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação**. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro /2010.

DIEGUES, A.C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A.C. **Povos e mares: leituras em sócioantropologia marítima**. São Paulo, NUPAUB/USP, 1995.

FREITAS, C. S Experiências de comercialização agroextrativista dos agricultores familiares do rio dos Cochos, Januária/Cônego Marinho - MG. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, 2010.

GAIGER, L. I. G. et al. **A Economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2014.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GALIZONI, F.M. Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 3, jul/set, 2002.

GRISA, C.; SCHEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, 2014.

HEREDIA, B. M. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IDEC. Rota dos Orgânicos. **Revista do IDEC**, São Paulo, n. 162, p. 20-23, fev, 2012.

IPEA. **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2010.

JACOMINE, P. K. T. Solos sob caatinga: características e uso agrícola. In: ALVAREZ, V. H.; FONTES, L. E. F.; FONTES, M. P. F. **O solo nos grandes domínios**

**morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado.** Viçosa, MG: SBCS: UFV, 1996. p. 95-133.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Porto: Portucalense, 1972.

MALINOWSKI, B.K. **Argonautas do pacífico ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, v. 2, 1978.

MALVEZI, R. **Semi-árido – uma visão holística.** Brasília: CONFEA, 2007.

MANETTA, B. R., BARROSO, B., ARRAIS, T., NUNES, T. Unidades de Conservação. **Engenharias On-line**, v. 1, n. 2, 2016.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, v.38, n.1, jan-mar, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Decreto Nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. 2. Ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF. 2008.

NAIME, U. J. Solos da área mineira do Polígono das Secas. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte/MG, v. 17, n. 181, p. 10-15, 1980.

NASCIMENTO, E, P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, 2012.

OLIVEIRA, T, L. **Análise Socioeconômica do Povoado de Cabeceirinha – Januária (MG) e os Impactos Ambientais.** Monografia (Graduação em Geografia com ênfase em Geoprocessamento) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Contagem, 2008.

PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura. In: **Anais..53º Congresso de Economia e Sociologia Rural**, Alagoas, 2015.

PLOEG, J.D.V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e Impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PREZZOTO, L, L. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado.** Brasília, DF: CONTAG, 2016.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** In: SIMSOM, O. Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

RIBEIRO, E. M. & GALIZONI, F. M. Notas sobre mercados e empreendimentos das populações rurais tradicionais em Minas Gerais. In: **Anais...47º Congresso de Economia e Sociologia Rural**, Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, E. M. (Org.). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Lavras: UFLA, 2007.

RIBEIRO, E. M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RIBEIRO, E. M. Produção e conservação de recursos na agricultura familiar dos gerais Sanfranciscanos, semiárido de Minas Gerais. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, 2014.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Expansão da agropecuária e terras comuns: quatro casos nos cerrados de Minas Gerais. In: **Anais...43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Ribeirão Preto, 2005.

RIBEIRO, E.M; GALIZONI, F.M; FREITAS, C. S; CHIODI, R.E; AYRES, E. BPopulação rural e produção na conservação dos recursos naturais dos gerais sanfranciscanos. In: *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, 2014.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2003.

RUEDA, P. R. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Ed.). **Reservas extrativistas**. Brasília: CNPT/IBAMA, 1995.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.9, n.1, 2001.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. XVI, n.1-2, jan-dez, 2001.

SZMRECSANYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. **História econômica do Brasil contemporâneo**, v. 2, p. 227-250, 1997.

TENÓRIO, F.G. Gestão Social: uma **perspectiva conceitual**. **Revista de Administração Pública**,EBAPE/FGV, v. 32, n. 5, set./out., 1998.

WILKINSON, J. **Mercado, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, K. Migração, Família e Campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.7, n. 1, jan/jun, 1990.

## **FONTES DIGITAIS CONSULTADAS**

CÁRITAS BRASILEIRA 2018. Organismo da CNBB. Disponível em: <<http://caritas.org.br>>. Acesso em 15/06/2018.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sobre o PNAE disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em 10/06/2018

IEF. Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Rio Pandeiros. Januária: Escritório Regional Alto Médio São Francisco, 2018. Relatório Técnico. Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br>>. Acesso em 20/10/2018.

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### Relação de pessoas entrevistadas

Alexandra Lopes dos Santos – Comunidade Cabeceirinha

André Santos Sousa – Comunidade Pandeiros

Antonio Reis Guerra – Comunidade Pandeiros

Edite Rodrigues dos Santos – Comunidade Cabeceirinha

Etelvina Pereira de Almeida Santos – Comunidade Cabeceirinha

Irenice Lopes dos Santos – Comunidade Cabeceirinha

Jacy Borges – Cáritas/Comunidade Sambaíba

Joaquim Almeida Lisboa – Comunidade Cabeceirinha

Joaquim Pereira Rocha – Comunidade Cabeceirinha

Joel Araújo Sirqueira – Comunidade Peruaçu

Josivania Almeida Ribeiro – Comunidade Cabeceirinha

Kolbe Wombral Soares Santos – WWF-Brasil

Leopoldo Claret Andrade Souza- Comunidade Agreste

Maria Amélia dos Santos Oliveira – Comunidade Cabeceirinha

Maria da Cruz Lopes Santos – Comunidade Cabeceirinha

Maria Maciel dos Santos – Comunidade Cabeceirinha

Maria Santana Lopes dos Santos – Comunidade Cabeceirinha

Meirenalva Lisboa Reis – Cáritas Januária

Rosenice Aparecida Lopes dos Santos – Comunidade Cabeceirinha

Santino Lopes Araújo – Comunidade Água Doce

Walter Viana Neves – IGAM – Montes Claros

Zeli Lopes da Rocha – Comunidade Cabeceirinha

ANEXO 2

Roteiro aplicado ao **Grupo agroextrativismo Cabeceirinha**

**UFMG / CÁRITAS / FAPEMIG**

**Campanha de campo: 2018**

**Entrevistador:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

**Nome do entrevistado:** \_\_\_\_\_ **Comunidade:** \_\_\_\_\_

**Objetivo:** Caracterizar o processo de produção e comercialização do agroextrativismo, potencialidades e estrangulamentos existentes para a realização da atividade.

**Coleta**

1. Há quanto tempo coleta produtos na natureza?
2. Quais são os produtos coletados?
3. Onde são coletados: ( ) terreno próprio ( ) outras áreas. Quais? \_\_\_\_\_
5. Como é feita a coleta do PRODUTO?
6. Os produtos são coletados: ( ) do chão ( ) da árvore/pé ( ) outro.
7. Em que área (s) coleta o PRODUTO?
8. Há quanto tempo coleta nesta (s) áreas?
9. Precisa utilizar alguma ferramenta para a coleta? Qual?
10. Tem algum gasto de dinheiro com esta (s) ferramenta (s)?
11. Quem da sua família coleta o PRODUTO?
12. Existe divisão das tarefas (desde a coleta até a venda) na coleta do PRODUTO?
13. Coleta apenas para sua família ou para outros também? Quem? Recebe pelo serviço?
14. Quais épocas do ano o senhor mais coleta o PRODUTO? Por que?
15. Precisa deixar de fazer alguma atividade para ir coletar o PRODUTO?
16. Quanto tempo mais ou menos gasta na atividade da coleta do PRODUTO?(ver o cronograma da coleta ao longo do ano).
17. Qual a quantidade de produção durante o ano ?
18. A quantidade desses produtos coletados varia? Qual a época de maior volume?
19. Qual a forma de organização para vender os produtos? ( em kg, caixas, pacotes, dúzia..)
20. As áreas que coleta tem algum dono? Quem?



21. As áreas de coleta são iguais, produzem igual?
22. As árvores que produzem os frutos são iguais? Há diferenças de qualidade/quantidade?
23. É cobrado algum dinheiro / benefício para poder coletar nas áreas?

### **Processamento**

14. O produto coletado é beneficiado?
15. Como é feito o processamento?
16. Onde é feito?
17. Que produto (s) origina do beneficiamento?
18. Caso beneficie, precisa de água para o processamento?
20. Que quantidade de água mais ou menos é gasta para o beneficiamento?
21. Quem da sua família beneficia o PRODUTO?
22. Existe divisão do trabalho na família para beneficiamento do PRODUTO? Como é feita?
23. Precisa utilizar algum equipamento para beneficiar o PRODUTO? Qual?
24. Tem algum gasto de dinheiro com estes equipamentos?
25. Já precisou pegar algum tipo de financiamento para a atividade do PRODUTO? Qual?
26. Encontra dificuldade de assistência técnica/financiamento para lida do PRODUTO?

### **Comercialização**

27. O senhor vende o PRODUTO?
28. Quais produtos originados do PRODUTO o senhor (a) vende?
29. Onde vende?
30. Quem da sua família vende?
31. Tem mais alguém além do senhor (a) que vende neste (s) lugar (s)?
32. Para quem vende?
33. Sabe o destino final do PRODUTO?

34. Tem alguma época do ano que vende mais? Qual? Por que?
35. Como é decidido o preço que vai vender o PRODUTO?
36. Existe diferença no preço do PRODUTO durante o ano?
37. Existe diferença no preço do produto in natura e processado? Qual?
38. Qual a renda gerada pelo PRODUTO?
39. Qual a importância da atividade para a família?
40. Encontra dificuldade de vender o PRODUTO? Qual? Por que?

### **Efeitos do agroextrativismo**

41. A coleta do PRODUTO diminuiu, aumentou, ficou inalterada, desde quando o senhor(a) começou a praticá-la?
42. Desde quando começou a coletar até os dias atuais, percebe diferença da quantidade/qualidade do PRODUTO que coleta?
43. O senhor (a) sabe quais fatores são responsáveis por isso?
44. A atividade do PRODUTO compensa economicamente? Por que?
45. Quais as dificuldades encontradas na atividade da coleta?
46. Quais sugestões de melhoria para a atividade de coleta?

### **ANEXO 3**

Roteiro para entrevista com Walter Viana

### **NÚCLEO DE PESQUISA E APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR (UFMG)**

### **CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA**

Objetivo: Conhecer a gestão, funcionamento e execução do Projeto Pandeiros, bem como a participação das comunidades nas iniciativas de conservação.

- 1- Como foi o processo de implantação do Projeto Pandeiros? Em que ano ocorreu?
- 2- Qual foi o objetivo inicial do Projeto?
- 3- O Projeto possuiu um conselho de gestão? Como foi formado este conselho?
- 4- Como foi formada a equipe de trabalho do Projeto?
- 5- Quais foram as iniciativas do Projeto? (apicultura, agroextrativismo, criação, aproveitamento sustentável da palmeira de Babaçu, agricultura, formação?)
- 6- Quantas comunidades foram atendidas pelo Projeto?
- 7- Qual foi o somatório de famílias atendidas pelo Projeto?
- 8- Quem foram os parceiros do Projeto Pandeiros?
- 9- Quais investimentos foram feitos na execução do Projeto? Qual o montante total que foi aplicado?
- 10- De modo geral, como avalia a participação das comunidades nas iniciativas do Projeto?
- 11- Quais as principais ameaças na manutenção da conservação do meio ambiente a equipe de trabalho do Projeto Pandeiros encontrou durante a implantação do projeto? E quais as medidas tomadas para amenizar essas ameaças?

AMEAÇA ANTES DO PROJETO	MEDIDA TOMADA PARA AMENIZÁ-LA	AMEAÇA	MEDIDA TOMADA PARA AMENIZÁ-LA

- 12- Houve procedimentos de avaliação da efetividade das iniciativas do Projeto?
- 13- Quais foram os resultados obtidos nas avaliações?
- 14- Como é a relação do Projeto Pandeiros com as comunidades atendidas por ele?
- 15- Como avalia o impacto do Projeto para organização e fortalecimento das famílias atendidas?

## **AGROEXTRATIVISMO**

- 16- Quais foram as ações de incentivo ao agroextrativismo do Projeto?
- 17- Quantas famílias foram beneficiadas pelas ações?
- 18- Quanto foi investido em iniciativas para o agroextrativismo no Projeto?
- 19- Quais as comunidades atendidas com iniciativas para o agroextrativismo no Projeto?
- 20- Como você avalia o agroextrativismo como atividade de geração de renda para os moradores das comunidades?
- 21- Quais são as potencialidades do agroextrativismo encontradas na APA Pandeiros?
- 22- Existe alguma política de incentivo ao agroextrativismo para as comunidades que fazem parte da APA Pandeiros? Quais?
- 23- Quais são as principais dificuldades que os agroextrativistas das comunidades que fazem parte da APA encontram para colocar seus produtos no mercado?

## **APA PANDEIROS**

- 24- Como foi feita a construção da APA na região do Pandeiros?
- 25- Por qual motivo foi escolhida essa região, para se estabelecer uma APA?
- 26- Qual o envolvimento das comunidades do entorno no planejamento e participação para a criação da APA?
- 27- Em relação à APA Pandeiros, como você avalia as iniciativas de conservação do ambiente? Quem as executa?
- 28- Na APA Pandeiros, existe um controle da exploração dos recursos naturais pelas comunidades? Se sim, como funciona?
- 29- Existem empreendimentos particulares que exploram os recursos nessa região? Existe algum tipo de fiscalização/controle nas atividades desses empreendimentos?
- 30- Existem iniciativas de fiscalização nos limites da APA Pandeiros? Quais são elas? E como são feitas?
- 31- Como você avalia a participação das comunidades da APA Pandeiros em relação à manutenção da Unidade?
- 32- Quais as políticas para a conservação e desenvolvimento que existem nas comunidades da APA Pandeiros? Essas iniciativas são públicas ou privadas?

## ANEXO 4

Roteiro para entrevista com Kolbe Wombral

### **NÚCLEO DE PESQUISA E APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR (UFMG) CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA**

Objetivo: Conhecer sobre a gestão, funcionamento do Mosaico, bem como a participação das comunidades nas iniciativas de conservação.

#### **PROJETO PANDEIROS**

Objetivo: Conhecer a gestão, funcionamento e execução do Projeto Pandeiros, bem como a participação das comunidades nas iniciativas de conservação.

- 33- Como foi o processo de implantação do Projeto Pandeiros? Em que ano ocorreu?
- 34- Qual foi o objetivo inicial do Projeto?
- 35- O Projeto possuiu um conselho de gestão? Como foi formado este conselho?
- 36- Como foi formada a equipe de trabalho do Projeto?
- 37- Quais foram as iniciativas do Projeto? (apicultura, agroextrativismo, criação, aproveitamento sustentável da palmeira de Babaçu, agricultura, formação?)
- 38- Quantas comunidades foram atendidas pelo Projeto?
- 39- Qual foi o somatório de famílias atendidas pelo Projeto?
- 40- Quem foram os parceiros do Projeto Pandeiros?
- 41- Quais investimentos foram feitos na execução do Projeto? Qual o montante total que foi aplicado?
- 42- De modo geral, como avalia a participação das comunidades nas iniciativas do Projeto?

43- Quais as principais ameaças na manutenção da conservação do meio ambiente a equipe de trabalho do Projeto Pandeiros encontrou durante a implantação do projeto? E quais as medidas tomadas para amenizar essas ameaças?

AMEAÇA ANTES DO PROJETO	MEDIDA TOMADA PARA AMENIZÁ-LA	AMEAÇA	MEDIDA TOMADA PARA AMENIZÁ-LA

44- Houve procedimentos de avaliação da efetividade das iniciativas do Projeto?

45- Quais foram os resultados obtidos nas avaliações?

46- Como é a relação do Projeto Pandeiros com as comunidades atendidas por ele?

47- Como avalia o impacto do Projeto para organização e fortalecimento das famílias atendidas?

### **AGROEXTRATIVISMO**

48- Quais foram as ações de incentivo ao agroextrativismo do Projeto?

49- Quantas famílias foram beneficiadas pelas ações?

50- Quanto foi investido em iniciativas para o agroextrativismo no Projeto?

51- Quais as comunidades atendidas com iniciativas para o agroextrativismo no Projeto?

### ANEXO 5

#### **CADEIA PRODUTIVA DO EXTRATIVISMO –Iniciativas de comercialização**

**UFMG / CÁRITAS / FAPEMIG**

**Campanha de campo: SETEMBRO 2018**

**Entrevistador:** Data: \_\_\_\_\_

**Nome do entrevistado:** \_\_\_\_\_ **Comunidade:** \_\_\_\_\_

**Objetivo:** Caracterizar o processo de produção e comercialização do agroextrativismo, potencialidades e estrangulamentos existentes para a realização da atividade.

**Organização:**

1. Quantos membros a associação possui?
2. Quantos lidam diretamente com o agroextrativismo?
- 3.

**Coleta**

4. Há quanto tempo coleta produtos na natureza?
5. Quais são os produtos coletados?
6. Onde são coletados: ( ) terreno próprio ( ) outras áreas. Quais? \_\_\_\_\_
5. Como é feita a coleta do PRODUTO?
6. Os produtos são coletados: ( ) do chão ( ) da árvore/pé ( ) outro.
7. Em que área (s) coleta o PRODUTO?
8. Há quanto tempo coleta nesta (s) áreas?
9. Precisa utilizar alguma ferramenta para a coleta? Qual?
10. Tem algum gasto de dinheiro com esta (s) ferramenta (s)?
11. Quem da sua família coleta o PRODUTO?
12. Existe divisão das tarefas (desde a coleta até a venda) na coleta do PRODUTO?
13. Coleta apenas para sua família ou para outros também? Quem? Recebe pelo serviço?
14. Quais épocas do ano o senhor mais coleta o PRODUTO? Por que?
15. Precisa deixar de fazer alguma atividade para ir coletar o PRODUTO?

16. Quanto tempo mais ou menos gasta na atividade da coleta do PRODUTO?(ver o cronograma da coleta ao longo do ano).

24. Qual a quantidade de produção durante o ano ?

25. A quantidade desses produtos coletados varia? Qual a época de maior volume?

26. Qual a forma de organização para vender os produtos? ( em kg, caixas, pacotes, dúzia..)

27. As áreas que coleta tem algum dono? Quem?

28. As áreas de coleta são iguais, produzem igual?

29. As árvores que produzem os frutos são iguais? Há diferenças de qualidade/quantidade?

30. É cobrado algum dinheiro / benefício para poder coletar nas áreas?

### **Processamento**

14. O produto coletado é beneficiado?

15. Como é feito o processamento?

16. Onde é feito?

17. Que produto (s) origina do beneficiamento?

18. Caso beneficie, precisa de água para o processamento?

20. Que quantidade de água mais ou menos é gasta para o beneficiamento?

21. Quem da sua família beneficia o PRODUTO?

22. Existe divisão do trabalho na família para beneficiamento do PRODUTO? Como é feita?

23. Precisa utilizar algum equipamento para beneficiar o PRODUTO? Qual?

24. Tem algum gasto de dinheiro com estes equipamentos?

25. Já precisou pegar algum tipo de financiamento para a atividade do PRODUTO? Qual?

26. Encontra dificuldade de assistência técnica/financiamento para lida do PRODUTO?



### **Comercialização**

27. O senhor vende o PRODUTO?
28. Quais produtos originados do PRODUTO o senhor (a) vende?
29. Onde vende?
30. Quem da sua família vende?
31. Tem mais alguém além do senhor (a) que vende neste (s) lugar (s)?
32. Para quem vende?
33. Sabe o destino final do PRODUTO?
34. Tem alguma época do ano que vende mais? Qual? Por que?
35. Como é decidido o preço que vai vender o PRODUTO?
36. Existe diferença no preço do PRODUTO durante o ano?
37. Existe diferença no preço do produto in natura e processado? Qual?
38. Qual a renda gerada pelo PRODUTO?
39. Qual a importância da atividade para a família?
40. Encontra dificuldade de vender o PRODUTO? Qual? Por que?

### **Efeitos do agroextrativismo**

41. A coleta do PRODUTO diminuiu, aumentou, ficou inalterada, desde quando o senhor(a) começou a praticá-la?
42. Desde quando começou a coletar até os dias atuais, percebe diferença da quantidade/qualidade do PRODUTO que coleta?
43. O senhor (a) sabe quais fatores são responsáveis por isso?
44. A atividade do PRODUTO compensa economicamente? Por que?
45. Quais as dificuldades encontradas na atividade da coleta?

46. Quais sugestões de melhoria para a atividade de coleta?